



Projeto Educativo

ser mais Educação em Alcobaça

Agrupamento de Escolas de Cister - Alcobaça

aprovado pelo CG em 2017.12.07



CAPÍTULO I.....	5
1 Preâmbulo.....	5
2 Enquadramento Legal.....	7
3 Visão.....	9
4 Missão.....	11
5 Caracterização do Meio	13
5.1 Físico	13
5.2 Demográfico.....	13
5.3 Localização Geográfica do Agrupamento.....	14
6 A Educação em Alcobaça.....	16
Como surgimos.....	16
7 Caracterização do Agrupamento	20
7.1 Alunos	20
7.2 Alunos abrangidos pela ASE – Variação 2013/2017	21
7.3 Sucesso Escolar	21
7.4 Pessoal Docente.....	23
7.5	Erro! Marcador não definido.
7.6 Estrutura Organizacional e Funcional	25
CAPÍTULO II.....	26
1 Uma Análise “SWOT” Revisitada	26
1.1 Pontos Fortes	27
1.2 Pontos Fracos	28
1.3 Oportunidades	29
1.4 Constrangimentos/Ameaças	29
2 ANÁLISE PEST.....	30
CAPÍTULO III	32
1 Áreas de Intervenção / Valores Operativos / Enquadramento de um Plano Integrado de Visitas de Estudo (“PRIVE”)	32
1.1 Atividades-âncora do AECister.....	32
1.2 Projetos.....	34
1.3 Sucesso Escolar e Competência	35
1.4 Cidadania, Bem-Estar e Segurança	36
1.5 Inclusão, Qualidade e Multiculturalidade	37
1.6 Desporto Escolar	38
2 Parcerias.....	40
CAPÍTULO V	43
1 Avaliação/ Monitorização do Projeto Educativo.....	43

2 Disposições Finais	44
BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS AUXILIARES.....	45
ANEXOS	46

CAPÍTULO I

1 Preâmbulo

“O presente é todo o passado e todo o futuro”

Álvaro de Campos

Mal iríamos se, na contramão das justas críticas que fazemos a um estado de coisas que prima pela volatilidade das orientações e das políticas, nada aproveitássemos dos projetos anteriores, como se estivéssemos condenados a fazer tábua rasa de tudo o que já se propôs. Com efeito, se, no decurso de quatro anos, tudo tivesse de ser diferente, isso quereria dizer uma de duas coisas: que tudo o que propusemos se cumpriu ou que nada do que se propôs se mantém válido.

Ora, nem uma coisa nem outra.

Por isso, este Projeto Educativo não será muito diverso daquele que, há quatro anos, foi por mim proposto e aprovado pelo Conselho Geral. Assim, se Álvaro de Campos parecia adequado há quatro anos, ele continua a ser inspirador quatro anos volvidos. Na verdade, mesmo que o presente seja um “ai que mal soa”, como, *mutatis mutandis*, dizia João de Deus acerca da vida, esse “ai” é tudo o que temos realmente, na medida em que nem o passado nem o futuro são verdadeiramente reais.

Fizemos, contudo, uma pequena adaptação semântica enquadradora: se, há quatro anos, dizíamos querer “ir mais além”, hoje afirmamos a pretensão a um aprofundamento da nossa identidade. Dizemos, por isso, querer **ser mais**. Ser mais, desde logo, em relação ao que se conseguiu, mas também em relação àquilo que correu menos bem, mas que, em boa verdade, não foi muito. De facto, num período em que as redes sociais, com a sua maneira impressionante de “ajuizar”, espalham dúvidas, julgam e condenam sumariamente, é necessário voltar aos números. Ora, como se pode ver através de vários indicadores, que remeto para os anexos (EPIS, Pordata, DGEEC, OesteCim...). O Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Cister- Alcobaça continua, naturalmente, a integrar um presente que é reflexo de um passado, na perspetiva do futuro, assumindo-se como referência para toda a comunidade. Deve funcionar, assim, como um documento base que procura o

desenvolvimento de uma **escola pública de qualidade, inclusiva, incentivadora do mérito, da competência e da formação integral dos seus alunos.**

É um documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de quatro anos, e explicita não só a visão e a missão que definimos para o Agrupamento como também discrimina as metas e as estratégias segundo as quais o Agrupamento se propõe cumprir a sua função educativa.

O Projeto Educativo constrói-se a partir de um diagnóstico interno da situação que caracteriza a comunidade escolar, a comunidade local e as suas interações, os apoios institucionais em diversas áreas e as opções da política educativa nacional. Assim, partindo de uma caracterização do Agrupamento, identifica os pontos fortes e fracos, nas várias áreas, propõe linhas gerais de atuação que possam colmatar os problemas detetados e, acima de tudo, define indicadores dos grandes objetivos a atingir, estabelecendo metas que visem o triunfo dos seus agentes.

Desta vez, porém, como se verá adiante, acrescentaremos uma nova ferramenta de análise, a **ANÁLISE PEST**.

As linhas gerais de atuação assentam, pois, na legítima ambição de **“Ser+ Educação”** e **“Ser+ Alcobaça”**, chamando-se, deste modo, a atenção para a envolvente da nossa atividade.

Nem tudo o que é a nossa envolvente, a nossa circunstância, é escolhido por nós. Se, para alguns, a escolha da terra em que vivem resulta de um ato consciente, a verdade é que não escolhemos, de todo, a circunstância que nos surpreende todos os dias. Alcobaça não se fez por um desígnio da nossa vontade.

Conscientes de que cada meta não é um ponto de chegada, mas apenas o ponto de partida da etapa seguinte, este projeto quer assegurar a construção de alicerces sólidos na formação dos jovens e, por isso, procura implementar uma Escola atenta às mudanças do saber e da sociedade, em equilíbrio dinâmico entre a inclusão e a individualidade, entre a realização pessoal e os resultados escolares; procura promover uma Escola construtora de um saber-ser virado para a cidadania responsável, para a diversidade e a identidade, para a mudança necessária e, claro, para o sucesso educativo.

2 Enquadramento Legal

Segundo o Artigo 9º do Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, o Projeto Educativo configura o primeiro instrumento de autonomia das escolas:

" O projeto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de atividades e o orçamento constituem instrumentos do exercício da autonomia de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo entendidos para os efeitos do presente decreto -lei como: a) «Projeto educativo» o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa;"

De acordo com o mesmo diploma, "a autonomia é a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas (...) pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos".

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho consigna que "pretende proceder-se também à reorganização da rede escolar através do agrupamento e agregação de escolas, de modo a garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré - escolar que o integram, bem como a proporcionar aos alunos de uma dada área geográfica um percurso sequencial e articulado e, desse modo, favorecer a transição adequada entre os diferentes níveis e ciclos de ensino. "

Todas as alterações verificadas na organização escolar exigem, atualmente, que se proceda a uma reflexão profunda sobre o papel da Escola enquanto instituição, assim como a uma mudança de atitude de todos os intervenientes no processo educativo, relativamente à natureza e qualidade das suas funções e desempenho.

A transferência para a escola de poderes cada vez mais alargados ao nível de intervenção pedagógica e curricular implicou a criação de um documento que estrutura o funcionamento do agrupamento como um todo, ou seja, a criação de um Projeto Educativo.

Diga-se, porém, que a elaboração de um Projeto Educativo, se configura uma afirmação de autonomia, está ainda muito refém de uma estratégia centralista (que sempre existiu) e de uma indefinição que se vive ao nível da chamada "municipalização da educação". Com efeito, essa municipalização já existe a vários níveis, nomeadamente ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo. Sendo, por princípio, defensor da maior proximidade dos centros de decisão, é necessário assegurar que a sede do município e das juntas de freguesia não acabem por ficar mais distantes que a Avenida 5 de outubro ou a Praça de Alvalade. É necessário assegurar que a

repartição da tutela (nomeadamente, ao nível dos recursos humanos não docentes) não se transforme em dificuldades acrescidas.

3 Visão

O Agrupamento de Escolas de Cister tem a ambição de se constituir com uma identidade própria, numa Escola de qualidade, inclusiva e incentivadora do mérito e da competência, defendendo a sua vinculação aos valores da Cultura, do Humanismo e da Educação para a Cidadania, num caminho que, querendo sempre *“Ir mais além”*, se reveja neste desígnio

“SER MAIS EDUCAÇÃO em ALCobaça”.

Poderemos, contudo, dizer as coisas de outro modo – tal como decorre da famosa proposição de Aristóteles, segundo a qual *“o ser diz-se de diferentes maneiras”*. Assim, este pensamento norteador poderá deixar-se traduzir por outra formulação que, atenta a intencionalidade final do projeto, poderia tomar a seguinte forma:

“GARANTIR O FUTURO, MUDANDO O PRESENTE”

Com efeito, muito ao contrário do que poderá pensar o senso comum, fundado em visões de um passado mais ou menos recente, nada está garantido – incluindo a sobrevivência da espécie. As mudanças climáticas a que, de um modo dramático, temos assistido, a exaustão dos recursos, a poluição dos oceanos, transformado num mar de plástico, o caminho para diferenças cada vez maiores... não auguram nada de bom. Nunca estivemos tão perto da salvação como do apocalipse. Ora, para além das diferenças conjunturais que possam advir de uma multiplicidade de leituras da realidade, é função primordial da escola tornar possível a abertura ao futuro. Isso, contudo, em vez de ser um ato de retórico, questão de mais *post* menos *post* nas redes sociais, é uma questão que remete para a necessidade da mudança. Esta, em vez de ser a triste sina de que queixavam os Maneiristas, tem de ser encarada, por todos, como um manual de sobrevivência.

No entanto, a marca do local em que vivemos não pode ser esquecida. A caracterização e a consideração como ponto de partida do território em que habitamos. Todas estas ideias têm de ser testadas e vividas “em Alcobaça”, e não noutro sítio qualquer. Este local tem singularidades únicas (passe o pleonismo). São poucas as localidades que podem aspirar a ser “património da humanidade”. E não se trata de um património qualquer. O que nos faz património da humanidade é algo de grande, de civilizacionalmente relevante. À volta da marca “Cister” tem de passar também a nossa atividade. Nela se tem de definir também a nossa diferença. E, se não fomos a tempo, há cerca de dois séculos a esta parte, de transformar em vantagem secular o que foi uma

distinção monástica, não podemos baixar os braços. Ainda que os critérios de hoje não sejam os mesmos que presidiram, no século XII, à escolha de Alcobaça, temos ainda muitos argumentos para exhibir. Mas também temos uma sombra ou outra para esconjurar.

4 Missão

À instituição escolar, conforme consignado na lei, “está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País.” (Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril). Assim, o Agrupamento de Escolas de Cister assume como missão:

MUDANDO O PRESENTE, SENDO

MAIS EDUCAÇÃO EM ALCobaça,

MAIS Promoção do Sucesso Escolar e da Competência

MAIS Cidadania, Bem-Estar e Segurança

MAIS Inclusão, Qualidade e Multiculturalidade

- promovendo o sucesso escolar e a melhoria da qualidade das aprendizagens, através do desenvolvimento das capacidades de aprender a aprender, do gosto pelo saber e pela participação na vida escolar, da aprendizagem da Língua Portuguesa como uma exigência transversal, da capacidade de usar a Matemática para analisar, compreender e resolver situações problemáticas, do ensino experimental das Ciências e da aquisição de competências essenciais na utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- criando condições para a inclusão de todos os alunos e assegurando diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos mesmos;
- promovendo a socialização do aluno, combatendo o absentismo injustificado e o abandono escolar, a indisciplina, a agressividade, a violência, ensinando a saber estar na sala de aula e a conviver com os outros de modo saudável;
- estimulando a liderança intermédia/representatividade/coordenação e o trabalho cooperativo entre os docentes que leve a uma melhor articulação entre ciclos, entre anos de escolaridade, entre os departamentos curriculares e entre os conselhos de turma, promovendo assim uma forte cultura interdisciplinar;
- incentivando a cooperação escola/encarregados de educação/pais e reforçando as parcerias com a comunidade;
- melhorando o bem-estar e a segurança no Agrupamento;
- promovendo uma cultura de autoavaliação eficaz que conduza à elaboração e concretização de um plano de melhorias adequado às necessidades identificadas;

- promovendo o crescimento de uma cultura de trabalho cooperativo que se reflita na renovação de processos e metodologias e, conseqüentemente, na ação educativa;
- fazendo do Agrupamento um polo de desenvolvimento, um equipamento ao serviço da comunidade em que insere;
- discutindo com os pais todos os problemas supervenientes, com espírito de abertura, mas sem submissão;
- celebrando a nossa identidade, promovendo uma boa imagem corporativa do Agrupamento, da Educação Pública e de Alcobaça.

5 Caracterização do Meio

5.1 Físico

O concelho de Alcobaça tem uma área aproximada de 40 000 hectares e localiza-se no centro litoral do país, entre o mar – oceano Atlântico – e o Maciço Calcário Estremenho. Nesta vasta área, que é bastante heterogénea no que diz respeito ao seu aspeto físico, podem ser identificadas três regiões:

- a serra - com cotas máximas de 613 metros, tem uma constituição geológica dominada por calcários o que determina uma pobreza de solos e uma rede hidrográfica praticamente inexistente;
- as terras baixas – esta região é marcada por cotas que rondam os 200 metros e contrasta com a anterior, uma vez que aqui os recursos hídricos são ricos e predominam férteis planícies, como, por exemplo, a bacia aluvião do rio Alcoa, os outeiros e colinas suaves;
- a costa – entre a região anterior e esta, verifica-se um contraste diminuto e, por vezes, até uma certa continuidade. A linha de costa sofreu, ao longo dos tempos, uma evolução considerável, em resultado de fenómenos naturais e humanos tendo, por exemplo, desaparecido reentrâncias marinhas e portos de mar.

No que concerne às características climáticas do concelho, verifica-se que as áreas do interior têm um inverno moderadamente frio e medianamente chuvoso, enquanto o verão é quente e seco, podendo afirmar-se que a amplitude térmica anual é relativamente alta. No litoral, as temperaturas não são tão extremadas, isto é, os invernos são menos frios, mas mais chuvosos e os verões são moderadamente quentes e secos. Esta variação fica a dever-se a dois fatores que são a continentalidade e a altitude. No que diz respeito à humidade relativa, ronda os 75/80%, podendo classificar-se esta área de húmida, apesar dos valores médios de insolação apontarem para 2400 a 2500 horas de exposição solar por ano.

5.2 Demográfico

	Superfície Km ²	População residente 1991	População residente 2001	População residente 2011	População Residente 2015
Portugal	88 944,0	9 867 147	10 318 084	10 555 853	10 325 500
Sub Região Oeste	2 512.1	315 699	338 711	361 134	n/d
Alcobaça	406.9	54 382	55 376	56 569	55 150

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 / Pordata (2015)

De forma a compreender a distribuição territorial da população e as tendências futuras, procedeu-se à recolha e análise de dados demográficos, referentes aos últimos recenseamentos oficiais da população (Censos 1991, 2001 e, para alguns casos, 2011) elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística.

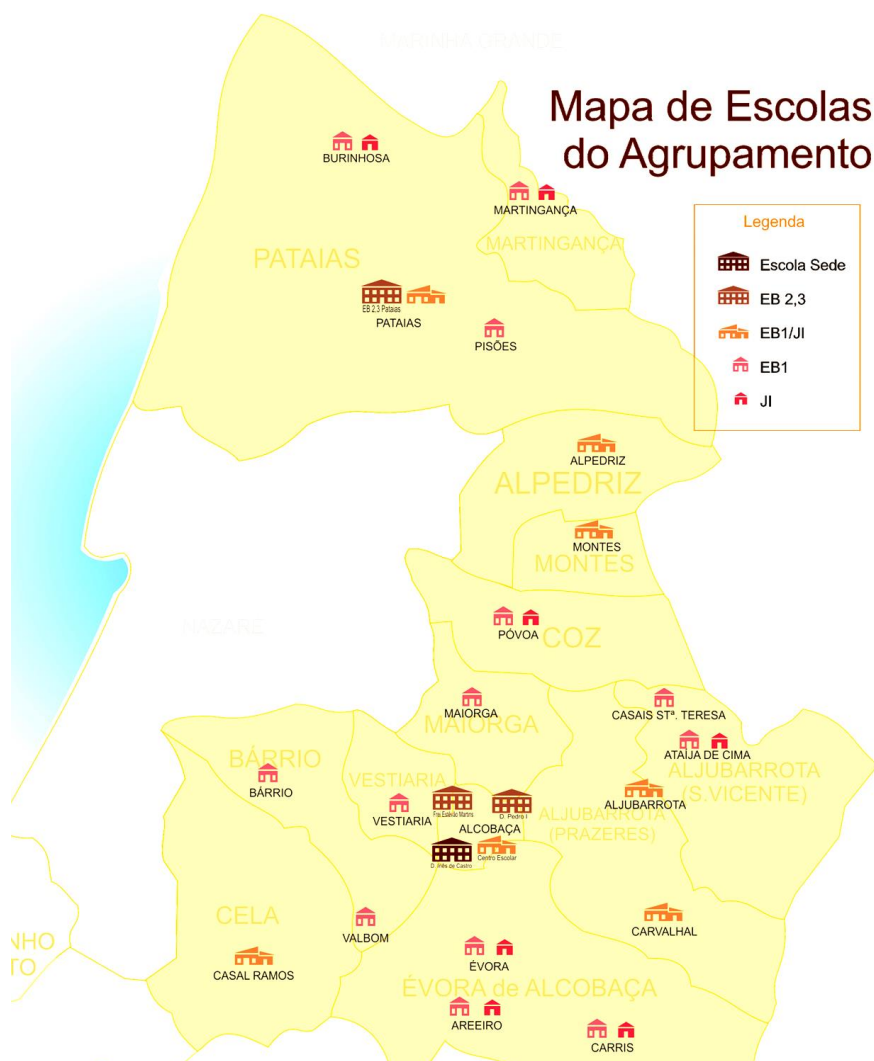
Em 2011, a população de Alcobaça atingiu os 56 569 habitantes, o que representa 15,6% da região Oeste. Comparando com os dados de há dez anos, verifica-se que o peso de Alcobaça decresceu um pouco, sendo esses valores, em 2001, de 55 376 e de 16%. Este valor, que em 1991 era de 17,2%, mostra uma tendência que não favorece Alcobaça, no contexto da região Oeste. Se extrapolarmos estes dados para o todo nacional, a comparação continua a ser desfavorável (passando de 0,55% para 0,53%; ora, a este nível, 0,02% não é um dado despiendo). Os dados relativos a 2015 confirmam a tendência decrescente apontada no Projeto Educativo de há quatro anos. Contudo, há que dizer que o decréscimo foi atenuado neste período – talvez devido ao menor espaço temporal decorrido ou talvez devido a outros fatores – como a animação da atividade económica que de fez sentir a partir de 2015. Pode, porém, ficar a dever-se a outros fatores.

A maior concentração populacional situa-se no eixo Alcobaça – Benedita, em que se destacam quatro centros populacionais importantes: Alcobaça, Évora de Alcobaça, Turquel e Benedita. Para além destas, Pataias, com os seus mais de 5 000 habitantes, assume-se como uma das “centralidades” do concelho. Maiorga, Prazeres de Aljubarrota, S. Martinho do Porto e Vestiaria são outras unidades significativas, sobretudo sob o ponto de vista da densidade.

Entre 2011 e 2015, em Alcobaça perdeu cerca de 1400 habitantes, passando de 56 569 para 55 150 habitantes, o que significa, em si mesmo, uma pequena diminuição, alinhado, aliás, com o que se passou no país. No entanto, se desmultiplicarmos estes dados pelos diversos escalões etários, e sabendo que a diminuição da população se fez, sobretudo, à custa da população mais jovem, teremos de concluir que a diminuição verificada no AECister é, apesar de grave, bastante menos severa do que aquilo que se verificou no território a que pertencemos.

5.3 Localização Geográfica do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Cister serve uma área de 246 Km², o que, em termos de área, corresponde a cerca de 60% do território do concelho de Alcobaça (406,9km²) e, em termos populacionais, segundo o Censo de 2011, serve uma população de 31.563 habitantes, cerca de 56% de um total de 56.693 habitantes. Deste modo, a gestão deste grande território educativo coloca problemas ao nível da articulação e da proximidade, problemas que têm sido debelados com a dedicação, profissionalismo e compreensão de todos os que com ele se relacionam.



Deste mapa haveriam de ser riscadas as escolas de Valbom, Casais de Santa Teresa e Pisões. Teremos de o fazer, por mandamento de objetividade e rigor. Por enquanto, porém, continuarão a fazer parte dos nossos mapas da memória. Contudo, a tendência demográfica, por certo e a contragosto, há-de continuar a fazer o seu caminho. Nessa altura, surgirá o outro mapa do nosso descontentamento.

6 A Educação em Alcobaça

Como surgimos

Como a História não se reescreve em quatro anos, a história deste agrupamento continua a ser o que era em 2013...

A constituição deste Agrupamento é apenas mais uma etapa na longa história da educação em Alcobaça e todo o passado está bem presente, como o próprio nome nos recorda -“Agrupamento de Escolas de Cister- Alcobaça”.

Relembremos apenas alguns dos momentos mais marcantes da história da educação em Alcobaça.

Séc.XI	São longínquas as raízes do ensino público em Alcobaça. Tudo terá começado no século XI, com a fundação, em França, da Ordem de Cister.
1153	Em 1153, D. Afonso Henriques doou a S. Bernardo 44.000 hectares de terras, a oeste da Serra de Candeeiros, que serviriam de base à implantação da Ordem no lugar de Alcobaça.
1269	Em 11 de janeiro de 1269, é criada, no mosteiro de Alcobaça, por Frei Estêvão Martins, a primeira Escola Monástica Cisterciense em Portugal, onde se ensinavam as disciplinas de gramática, lógica e teologia, ou seja, lições públicas para todos os que delas quisessem tirar proveito. Este dia passou a ser considerado, durante o mandato de Gonçalves Sapinho como Presidente da Câmara de Alcobaça, o "Dia Municipal da Educação",.
1357- -1433	Entre 1357-1433, Alcobaça atinge o seu período áureo, prosperidade que viria a ser interrompida com a decisão, em 1567, de desvincular Alcobaça de Claraval.
1536	A 3 de setembro de 1536, o Cardeal Infante D. Afonso (filho de D. Manuel) Abade comendatário, recomenda à municipalidade de Alcobaça, Jácome Nunes, que ensine crianças a «ler e escrever os princípios da fé» (<i>Dictionaire d'Histoire et Geographie Ecclésiastiques</i>).
1648	Em 1648, o abade D. Frei Luís de Sousa cria o Colégio de Nossa Senhora da Conceição para a educação dos noviços e formação de abades e ainda cadeiras públicas de formação paralela.
Séc. XVIII	O século XVIII é marcado por dois acontecimentos naturais que concorrerão para acelerar o declínio do mosteiro: as grandes inundações de 1722 e o terramoto de 1755 que produziram estragos que se revelarão irrecuperáveis, trazendo o caos financeiro.
1776	Em 1776 sob direção do abade D. Frei Manuel Mendonça, sobrinho do Marques de Pombal, encontramos a escola de Alcobaça a ministrar um ensino enciclopédico com cadeiras como: Línguas (Portuguesa, Francesa, Grega, Hebraica e Árabe), Retórica Poética, Lógica, Metafísica, Filosofia Natural, História Universal e Eclesiástica, Teologia Moral e Dogmática e as Sagradas Escrituras.
Séc. XIX	Finalmente, no século XIX, as invasões francesas, sobretudo as de 1807 e 1812, trazem consigo o roubo e a pilhagem. E quando, em 1833, se dá a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, o mosteiro, que se havia colocado ao lado do Rei D. Miguel contra os Liberais, vivia já em decadência.
1925	Entre 1910 e 1918, os esforços do ilustre alcobacense Manuel Vieira Natividade, juntamente com

- Ana de Castro Osório e José Joaquim dos Santos, conduzem à criação, em 1918, da Escola Agrícola Feminina Vieira Natividade. O Decreto que a instituiu é de 18 de abril de 1918 (Decreto nº 4105). As obras começaram com o lançamento da primeira pedra em 11 de julho de 1921, sendo inaugurada em 3 de maio de 1925.
- 1932 Em 1932, por iniciativa e a expensas da Câmara, é criado o Liceu Municipal - que funcionaria, durante a sua curta vigência, nas instalações da extinta Escola Agrícola Feminina. Com efeito, pouco tempo volvido, em vez de se transformar em Liceu Nacional, como era anseio da população, o Liceu Municipal foi, também, extinto.
- 1933 Em 1933, face à pouca frequência da escola (que era frequentada por alunas oriundas do “Asilo da Infância Desvalida de Alcobaça” e, porventura por isso, rejeitada pelos pais de Alcobaça) e à política hostil do Estado Novo, dá-se a extinção da Escola Agrícola Feminina Vieira Natividade.
- 1935 Em 1935, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais aprovou os projetos tipo regionalizados, para escolas primárias, elaborados por Raul Lino e Rogério de Azevedo, para serem construídas em todo o território Nacional. Pretendia assim, dar resposta a um crescendo de alfabetização do povo. Devemos lembrar que em muitos lugares espalhados pelo país havia crianças a fazer bastantes quilómetros para ir à Escola, enquanto outras, nem sequer iam.
- É nesta sequência que são inauguradas uma série de escolas “primárias”.
- Década de 50* Na década de 50 (pós guerra) a taxa de alfabetização era de 55%. Os edifícios escolares vieram colmatar uma lacuna enorme na educação do povo, tendo sido construídas vários edifícios na região. Assim, quase todas as Escolas do ensino Básico deste Agrupamento iniciaram funções na década de 50. Posteriormente, integraram os Agrupamentos de escolas D. Pedro I, o Agrupamento de escolas Frei Estêvão Martins e o Agrupamento de escolas de Pataias.
- 1955 Em 1947, recomeça o ensino agrícola, com cursos de Pomicultura. Sediado na antiga escola, doravante chamada “Escola Prática de Agricultura Vieira Natividade”, o curso destinava-se a trabalhadores rurais. Entretanto, tendo por voz “O Alcoa”, começa a desenhar-se um movimento de apoio à construção de uma Escola Técnica Comercial e Industrial em Alcobaça. Estes esforços viriam a ser coroados de êxito, oito anos depois, com a transformação da Escola Prática Agrícola em “Escola Técnica de Alcobaça” (ETA), através do Decreto 40:029, de 28 de junho de 1955. Entretanto, tinha já sido aberto concurso para a construção de um edifício que comportasse dignamente a recém-criada Escola Técnica.
- 1961 Segundo a brochura do Ministério das Obras Públicas (Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário), *"NOVAS INSTALAÇÕES DE ESCOLAS TÉCNICAS E LICEUS a inaugurar em abril e maio de 1961"*, há as seguintes informações sobre a escola: *"Ficam as novas instalações da Escola Técnica de Alcobaça situadas na extensa propriedade agrícola do Estado, onde funcionou durante muitos anos a Escola Agrícola Vieira Natividade. Uma vez que seria desaconselhável dotar esta Vila de duas escolas, foram os novos edifícios localizados na citada propriedade onde será ministrado também o ensino agrícola. Além dos Cursos Elementares de Especialização Profissional Agrícola, serão ministrados, para uma população de 800 alunos, os cursos do Ciclo Preparatório e Complementares de*

Aprendizagem - serralheiro, ceramista e comércio”.

- 1963 Foi inaugurada a antiga Escola Primária de Alcobaça num edifício de primeiro andar.
- 1968 O estatuto do ciclo Preparatório do Ensino Secundário foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 48572 de 9 de setembro de 1968. É aqui que se insere o aparecimento em Alcobaça do Ciclo Preparatório que, numa primeira fase, entre os anos letivos de 1968-69 e 1971-72, vai funcionar nas instalações da Escola Técnica de Alcobaça, posteriormente Escola Secundária D. Inês de Castro. É instituído pelo Decreto-Lei nº47480 de 2 de janeiro de 1967 e é implementado, com a denominação de Escola Preparatória de Frei Estêvão Martins, designação que vai perder no ano letivo 1979-80, através da portaria nº608/79, de 22 de novembro, passando à designação de Escola Preparatória de Alcobaça.
- 1971/72 Em 1971/72, foi incluída na Escola Técnica a secção liceal do Liceu de Leiria. Esta secção compunha-se de 5 anos, sendo cada um dos 3 últimos anos subdivididos nas secções de “Letras” e “Ciências”. Havia igualmente os 6º e 7º anos do liceu.
- 1972/73 No ano letivo de 1972-73 a Escola Preparatória de Alcobaça transfere-se para a ala sul do Mosteiro de Alcobaça, mantendo ligação pedagógica à escola Técnica. O espaço do Mosteiro foi cedido pelos Monumentos Nacionais à Paróquia de Alcobaça que restaurou o edifício passando a Escola a ocupar o rés-do chão e 1º andar. O ensino misto, de acordo com as reformas de Veiga Simão e o aumento da população estudantil leva à criação de duas secções: uma no externato da Benedita e outra em S. Martinho do Porto, na fundação Manuel Clérigo e, ainda, o ensino supletivo, para formação de adultos.
- 1974 Em abril de 1974, a Escola Preparatória de Alcobaça ocupava ainda a ala sul do Mosteiro de Alcobaça. Na sequência e constatação do crescimento da população estudantil e exiguidade, cada vez maior, do espaço sede, solicitou-se à Direção Geral do Equipamento Escolar, a construção de novo edifício (que foi ocupado no ano letivo 1980-81) situado na Quinta da Gafa. Ao longo dos anos de existência nas atuais instalações houve várias alterações, uma das quais o prolongamento da escolaridade obrigatória com a introdução do 3º ciclo com a Portaria 495/95 de 24 de maio. Paralelamente é extinta a designação de Escola Preparatória de Alcobaça, criando em seu lugar a Escola do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico.
- Em 1974/75, coincidente com a Revolução do 25 de Abril, deu-se uma “explosão” da população escolar. Por isso, voltaram a ser ocupadas as instalações da Escola Velha - encerradas desde 1960. Foram também aproveitadas para instalações escolares os antigos dormitórios, construídos no final da década de 50 com as receitas da exploração agrícola.
- 1975/76 Em 1975/76, iniciou-se o Curso Geral Unificado do Ensino Secundário. A Lei 80/78 transforma todos os Liceus e Escolas Técnicas em “Escolas Secundárias”, ganhando a escola, então, o nome de Escola Secundária de Alcobaça.
- 1980/81 Em 1980/ 1981 é fundada a Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Frei Estêvão Martins, na Quinta da Gafa, atual Rua Judite Neves Vasco, tendo sido escolhida a figura do referido abade como patrono da escola, devido ao seu prestígio no Mosteiro de Alcobaça.
- 1984/85 No ano letivo de 1984/1985 entrou em funcionamento a Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pataias.

- 1985/88 Com a publicação da lei de Base do Sistema educativo, o Governo, através do Ministério de Educação, definiu dois objetivos: garantir uma maior visibilidade nacional para a importância da educação pré-escolar, e criar condições para que 90% das crianças com 5 anos frequentassem as instituições de educação pré-escolar até ao ano de 1999. Abrem então vários Jardins de Infância em instalações provisórias.
- 1988/89 Em 1988/89, aliviando bastante a pressão demográfica que se fazia sentir na Escola Secundária de Alcobaça, é criada a Escola Secundária Nº 2 de Alcobaça, pela Portaria 136 / 88, de 29 de fevereiro, começando a funcionar no dia 9 de fevereiro de 1989.
- 1993 A Escola Secundária Nº 1 de Alcobaça transforma-se em Escola Secundária D. Inês de Castro, em 24 de setembro de 1993 (Despacho 140/SERE/93), e a Escola Secundária Nº 2 passou a designar-se Escola Secundária D. Pedro I, Alcobaça, em 1993 / 1994, pelo Despacho 61 / SERE / 93, de 5 de maio. Ainda em 1993, em 14 de abril, em Pataias a escola local passou a ser designada por Escola Preparatória e Secundária de Pataias, através do Despacho 64/SERE/93. Posteriormente, com a Portaria 706/94 de 03/08/94, passou a chamar-se Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pataias.
- 2004 Nesta data foram formados o Agrupamento de Escolas Frei Estêvão Martins e o Agrupamento de Escolas de Pataias.
- A Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Pataias passou a ser a escola sede do Agrupamento de Escolas de Pataias criado ao abrigo do Despacho nº13313/2003 (2ª série) de 8 de julho, do Secretário de Estado da Administração Educativa. A Homologação da Constituição do Agrupamento ocorreu a 10 de maio de 2004 e o Regime de Instalação verificou-se durante o ano letivo de 2003/2004 tendo passado, a partir do ano letivo de 2004/2005, ao regime definitivo de gestão, com a eleição de um Conselho Executivo.
- 2007/08 No ano letivo 2007/2008, após ter sido constituído o Agrupamento de Escolas D. Pedro I em Alcobaça, a escola sede passou a denominar-se Escola Secundária com 2.º e 3.º ciclos D. Pedro I. Neste ano, a escola passou a receber o 2.º ciclo do ensino básico, para além de continuar a ser frequentada por alunos do 3.º ciclo e do ensino secundário, tendo este ciclo de ensino sido, posteriormente, retirado da sua oferta.
- 2011 Depois de uns tempos marcados por melhorias pontuais, a Escola Secundária D. Inês de Castro entrou na 2ª fase do programa de modernização das Escolas Secundárias, levado a cabo pela “Parque Escolar”. O projeto, da autoria do Arquiteto João Miguel Silva, originou uma nova escola, inaugurada, oficialmente, em 29 de janeiro de 2011.
- 2012 Entrou em funcionamento a EB1/JI de Alcobaça (Centro Escolar de Alcobaça).
- Em 28/07/2012 foi constituído o Agrupamento de Escolas de Cister que resultou da agregação da Escola Secundária D. Inês de Castro com três Agrupamentos do concelho de Alcobaça, nomeadamente, o Agrupamento de escolas D. Pedro I, o Agrupamento de escolas Frei Estêvão Martins e o Agrupamento de escolas de Pataias, tornando-se assim um Agrupamento com grandes dimensões.
- 2014 Encerraram as EB1 de Valbom (Bárrio), Casais de Santa Teresa (Aljubarrota) e Pisões (Pataias). As

regras demográficas ditaram a sua lei, apesar da vontade das populações em manter as “suas escolas”. Há momentos tristes na vida das organizações.

Verificamos, pois, que, mais uma vez, a constituição deste Agrupamento reflete a política educativa do país, continuando um percurso atribulado e pouco linear, nem sempre consensual. No entanto, é fundamental que, neste momento em que nos procuramos reorganizar, cada escola possa preservar a sua individualidade, mas que se possa construir um agrupamento que seja de todos e para todos e que reflita as necessidades e anseios de todos os agentes da comunidade educativa. É essencial a criação de uma unidade orgânica que respeite todos e cada um e que se afirme no universo educativo português como uma referência de boas práticas. Assim, sem nos colocarmos à “sombra” do nome inspirador da Ordem de Cister, mas motivados pela responsabilidade de lhe dar continuidade, cada vez mais exigente, este Agrupamento deve afirmar uma identidade que o reconheça e distinga e é por isso que pretende **“ser mais educação, em Alcobaça”**.

7 Caracterização do Agrupamento

7.1 Alunos

No decurso de quatro anos, a maior diferença diz respeito a uma forte redução do número de alunos, como se infere do quadro seguinte:

DIF CICLO	%	CICLO / ANO ESCOLARIDADE	2013	2017	DIF ANO	
-67	-19,0	PRÉ-ESCOLAR	343	276	-67	
-292	-27,0	1º Ciclo	1º	266	197	-69
			2º	319	250	-69
			3º	314	222	-92
			4º	313	251	-62
-138	-19,7	2º Ciclo	5º	353	288	-65
			6º	334	264	-73
-156	-14,7	3º Ciclo	7º	398	355	-43
			8º	315	282	-33
			9º	319	250	-69
			CEF	31	20	-11
-58	-08,7	Secundário	10º	260	236	-24
			11º	205	208	3
			12º	200	163	-37
78	+55,7	Profissional	1º	47	82	35
			2º	69	77	8
			3º	24	59	35
-14	-46,7	EFA		44	30	-14
--	-15,5	TOTAIS	4154	3510	-644	

Fontes: Projeto Educativo 2013-2017 e Programa Inovar

O que podemos concluir destes dados, para além da óbvia diminuição de alunos?

De facto, a uma primeira vista, parece poder concluir-se que a diminuição é mais severa nos ciclos iniciais da escolaridade obrigatória, “aguentando-se” muito bem no domínio secundário. Neste, com efeito, juntando os dados dos cursos científico-humanísticos e dos cursos profissionais, até se conseguiu um pequeníssimo aumento. Parece também desenhar-se uma recuperação ao nível do pré-escolar. No entanto, mesmo que isto prefigure uma recuperação, os dados parecem apontar para que, nos tempos mais próximos continuemos a decrescer. Esta tendência negativa pode encontrar um argumento excedente na oferta de ensino secundário público que a Nazaré passou a disponibilizar, a partir do ano escolar de 2017/2018.

Depois da experiência, não muito bem-sucedida, dos Cursos Vocacionais, os Cursos de Educação e Formação (CEF) constituem, no cenário do nosso Agrupamento, a única alternativa ao ensino “regular”.

7.2 Alunos abrangidos pela ASE – Variação 2013/2017

2013	Beneficiários ASE				Escalões Abono de Família			
	A	B	C	Total	1	2	3	Total
	907	681	0	1588	686	812	154	1663

2017	Beneficiários ASE				Escalões Abono de Família			
	A	B	C	Total	1	2	3	Total
	592	466	0	1058	468	533	225	1226

Fonte: MISI /DGEEC / Ministério da Educação - 2017

Nota-se, entre 2013 e 2017 uma acentuada diminuição dos alunos abrangidos pela Ação Social Escolar (ASE), bem como dos alunos beneficiários do Abono de Família, embora estes em menor número. Este facto traduz uma melhoria da conjuntura económica que se verificou a partir de finais de 2014 e, sobretudo, a partir de 2015. Esta diminuição fez-se sentir, sobretudo, nos escalões 1 e 2, tendo até aumentado ligeiramente ao nível do Escalão 3.

Todo este cenário é solidário e coerente com os quadros seguintes – que dizem respeito à evolução do sucesso educativo, dentro da organização Agrupamento de Escolas de Cister – Alcobaça.

7.3 Sucesso Escolar

Resulta sempre incompreensível perceber a razão pela qual tanta gente se obstina em aceitar o mandamento fundamental do sucesso educativo que as escolas têm de querer para si. É inimaginável uma empresa que não queira agradar a 100% dos clientes, a ter 0% de queixas. Assim, deveria ser igualmente inimaginável outra visão que não fosse o querer uma escola bem-sucedida a 100%.

No entanto, há uma desconfiança enorme em relação aos grandes sucessos das escolas, não faltando vozes que, dentro e fora dela, apelidam os sucessos de facilitismo, como se o sofrimento e o fracasso tivessem de ser os vigilantes do mérito e da excelência: “se ninguém chumbar, como é que vamos saber o que valem os bons?”, parece ser a pergunta sábia das organizações escolares “bem sucedidas”. É, contudo, sabido que o nosso défice,

em termos de sociedade bem-sucedida, se começa também na escola, tem sido, sobretudo potenciado por uma organização social e económica que não privilegia a ligação do saber com a realidade. Deste modo, se é encorajador para as escolas verificar que os seus melhores alunos, quando chegam às Universidades e aos sistemas de ensino estrangeiros (mesmo que pertencentes a países de grande pujança tecnológica e científica) são bem-sucedidos, deveria preocupar-nos o facto de o nosso conhecimento ser menos reprodutivo em Portugal do que em outros países. Talvez haja, fora das escolas, algo que falha mais do que dentro delas – ainda que, como disse *supra*, a escola deva ser sempre humilde para aceitar formas de saber que não passam por ela, que ela não certifica. Afinal, há muito sucesso para além da escola.

Contudo, tem de começar aí.

Ora, analisando os valores que as próprias instâncias nos devolvem, depois de analisados os dados que, em bruto, lhes fornecemos, temos razões de sobra para nos manifestarmos bastante felizes com os resultados registados pelo Agrupamento de Escolas de Cister – Alcobaça, no último quadriénio:

INDICADORES DE SUCESSO 2013/2014

Ensino/Modalidade/Ano ou Tipo	Trst.	Não Trans.	Concl	Não Conc	Aband.	AM	Transf.	EF	Total
Basico	1593	185	883	82	4	2	52	4	2845
Secundario	433	56	147	107		7	15	2	866
Total	2026	241	1030	189	4	9	67	6	3711

INDICADORES DE SUCESSO 2016/2017

Ensino/Modalidade/Ano ou Tipo	Trst.	Não Trans.	Concl	Não Conc	Aband.	AM	Transf.	EF	Total
Basico	1484	100	831	30	1	1	71	1	
Pre-Escolar						21	1		
Secundario	366	39	171	58		8	10	3	805
Total	1850	139	1002	88	1	30	82	4	3645

Fonte: MISI / DGEEC / Ministério da Educação - 2017

TAXAS DE SUCESSO 2013/14 - 2016/2017

Nível ensino	Ano escolar	AE Cister	Nac.	Dif	Ano escolar	AE Cister	Nac.	Dif.	Evolução
Pré-escolar	2013/14	100%	100%	0	2016/17	100%	100%	0	0
Básico		90,03%	89,09%	0,04%		94,65%	93,71%	0,94%	4,62%
Secundário		80,45%	81,72%	-1,37%		87,21%	83,91%	3,30%	6,76%

Fonte: MISI / DGEEC / Ministério da Educação - 2017

Com efeito, sendo certo que, ao nível de alguns indicadores económicos e culturais, estamos abaixo da média nacional e regional, saber que estamos, em termos de sucesso educativo, acima da média nacional, em todos os níveis de ensino, é motivo de contentamento.

Mas este contentamento ainda traz consigo, misturado, algum descontentamento – para utilizar uma expressão com ecos camonianos. Sentimos que há disciplinas, níveis de ensino, turmas, alunos... que, podendo ainda melhorar bastante, nos recordam que há ainda muito caminho para andar. E é esse caminho que pretendemos percorrer nos próximos quatro anos.

Disciplinas do Ensino Secundário	2014		2017		Dif.
	Total Alunos	% Positivas	Total Alunos	% Positivas	
Biologia e Geologia	157	91%	138	96%	5%
Desenho A	66	91%	55	96%	5%
Economia A	67	73%	53	96%	23%
Filosofia	462	92%	375	91%	-1%
Física e Química A	210	80%	178	79%	-1%
Geografia A	188	92%	148	90%	-2%
Geometria Descritiva A	88	74%	75	97%	25%
História A	203	92%	194	92%	0
História da Cultura e das Artes	52	69%	37	100%	31%
Inglês	463	93%	398	90%	-3%
Matemática A	370	70%	316	77%	7%
MACS	103	81%	96	82%	1%
Português	635	90%	569	89%	-1%

Fonte: MISI / DGEEC / Ministério da Educação - 2017

7.4 Pessoal Docente

Idade \ Antiguidade	Até 4 anos	Entre 5 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total
Menos de 30 anos	3	0	0	0	0	3
Entre 30 e 40 anos	23	9	17	0	0	49
Entre 41 e 50 anos	36	0	36	89	0	161
Entre 51 e 60 anos	4	0	5	53	73	135
Mais de 61 anos	3	0	0	6	23	32
Total	69	9	58	148	96	380

Fonte: MISI / DGEEC / Ministério da Educação - 2017

Como se poderá inferir do quadro acima, a renovação dos quadros de pessoal docente já conheceu melhores dias. De facto, abaixo dos 30 anos, são cada vez mais residuais os docentes que se encontram nas nossas escolas, sendo que é já muito significativa a percentagem dos docentes com mais de 50 anos. Se ganharmos em experiência (ultrapassam os 64% os profissionais com 20 ou mais anos), muito perdemos em renovação.

...

7.5 Pessoal Não Docente

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NÃO DOCENTES POR VÍNCULO E CATEGORIA					
Categoria \ Vínculo	Contratado a termo resolutivo certo	Contrato de trab. em FP por tempo indeterminado	Contrato a termo resolutivo certo a tempo parcial	Contrato de Emprego e Inserção	Total
Assistente Operacional	36	81	6	6	129
Técnico Superior	3	1	0	0	4
Assistente Técnico	1	30	0	0	31
Chefe Serviços Admin. Escolar	0	1	0	0	1
Encarregado Operacional	0	1	0	0	1
Total	40	114	6	6	166

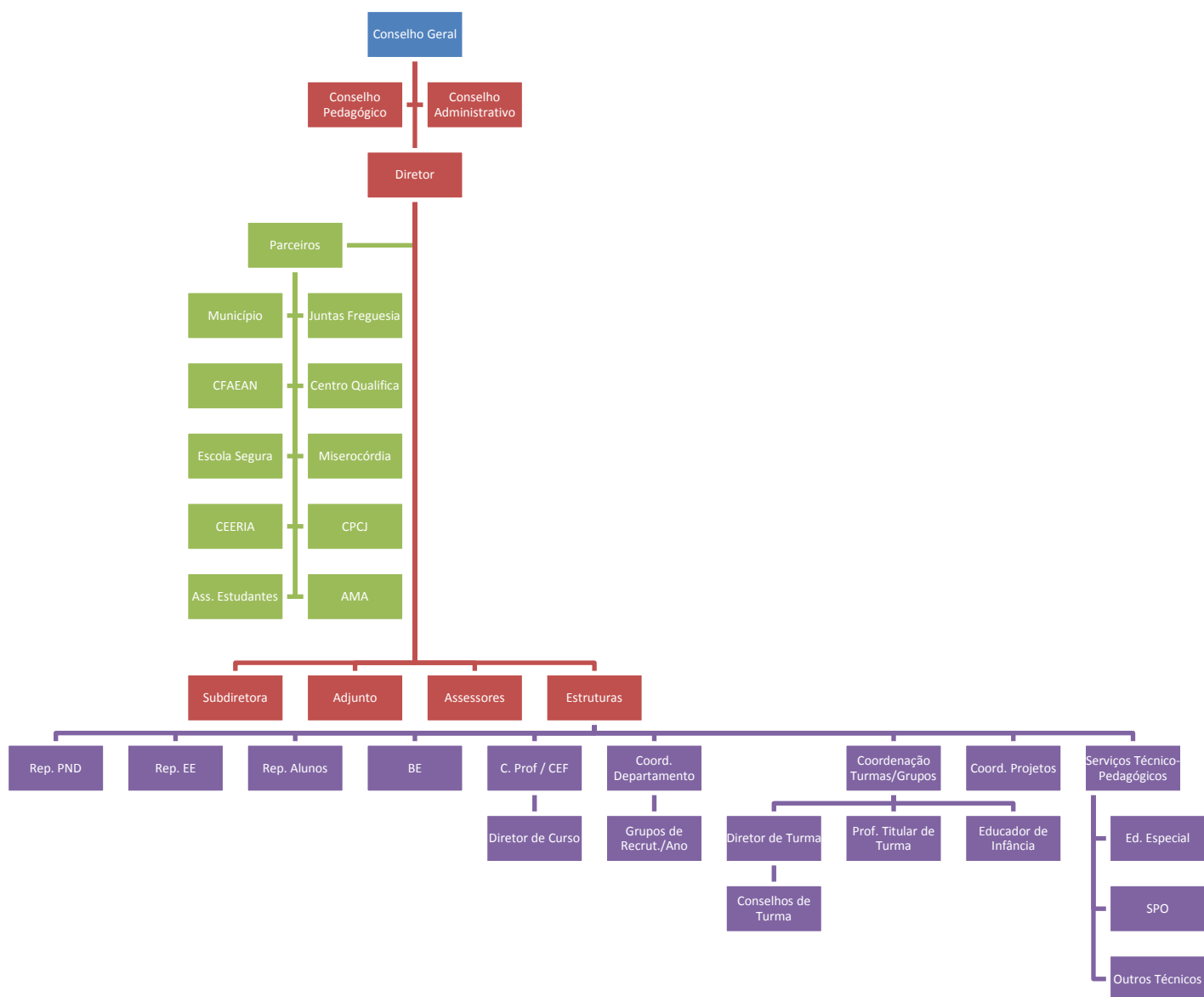
Fonte: MISI / DGEEC /Ministério da Educação – 2017

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS NÃO DOCENTES POR IDADE E TEMPO DE SERVIÇO (ANTIGUIDADE) (A idade dos funcionários não docentes é calculada com referência a 31/12/2017)						
Idade \ Antiguidade	Até 4 anos	Entre 5 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total
Menos de 30 anos	8	0	0	0	0	8
Entre 30 e 40 anos	24	1	2	0	0	27
Entre 41 e 50 anos	28	1	11	12	0	52
Entre 51 e 60 anos	11	1	13	22	9	56
Mais de 61 anos	0	1	3	10	9	23
Total	71	4	29	44	18	166

Fonte: MISI / DGEEC /Ministério da Educação – 2017

...

7.6 Estrutura Organizacional e Funcional



CAPÍTULO II

1 Uma Análise “SWOT” Revisitada

Potencializar os pontos fortes da organização e reconhecer os seus pontos críticos, verificar o grau de colaboração entre os professores, compreender o tipo de cooperação expresso pelas lideranças e refletir sobre as realidades do agrupamento são aspetos que fundamentam esta análise.

Partindo do pressuposto de que cada escola integra uma combinação de normas, objetivos e expectativas e um conjunto de agentes com capacidades distintas de agir e de pensar individualmente e/ou em grupo, é natural que surja a curiosidade e a consequente necessidade de olhá-la, introduzindo-nos nos seus meandros, procurando uma leitura e uma explicação dos seus pontos fortes/fracos e das suas oportunidades/vulnerabilidades.

A análise SWOT é uma ferramenta que nos potencia este tipo de diagnóstico institucional, permitindo reconhecer o verdadeiro clima vivenciado na organização escolar. Proporciona o desenvolvimento de estratégias visando uma conexão entre as capacidades internas da Escola e as suas oportunidades externas, identificadas a partir do reconhecimento das forças e das fraquezas da organização - capacidades internas- e das oportunidades e das ameaças oferecidas pelo ambiente externo.

O facto de termos conhecimento do tipo de clima existente na organização, permite-nos a “*compreensão global da realidade escolar*” (Fonseca, 1998, pág. 50) e a, se necessária, “*planificação de projetos de intervenção e de inovação*” (Brunet, 1992, pág. 138), visando a eficácia da escola e o consequente sucesso dos alunos. Os impactos dos resultados obtidos através da pesquisa do clima refletem-se na qualidade dos serviços oferecidos pela escola. Além disso, “*A criação de um clima de colaboração na escola, onde professores, alunos e outros elementos da comunidade educativa se sintam estimulados a procurar, descobrir, reflexionar e fomentar situações de mudança é condição indispensável para o êxito de novas políticas ou novas estratégias e para implementação de projetos de intervenção e inovação*” (FONSECA, 1998, pág. 52).

Nessa sequência, tendo em nosso poder as conclusões de uma análise SWOT metodologicamente consistente, elaborada há quatro anos, em sede de elaboração de um Projeto Educativo originário com o mesmo objetivo de estruturar um Projeto Educativo fundamentado, procedemos à sua reanálise, tendo em conta que as conclusões que ela nos permitiu extrair há quatro anos, se tem revelado adequada e consequente. Assim, embora a extração das conclusões que a seguir se enumeram não tenha seguido o caminho metodológico preconizado

pelo método, elas são validadas pela confrontação de metodologias concorrentes, e, sobretudo, pelos resultados obtidos até aqui.

1.1 Pontos Fortes

1. Medidas eficazes na prevenção do abandono escolar.
2. Generalização dos projetos de Apoio ao Aluno e à Família, existentes há quatro anos apenas em algumas escolas do agrupamento, na prevenção, intervenção e acompanhamento dos casos de indisciplina ("Espaço+", por exemplo).
3. O projeto de intervenção da Biblioteca como polo de articulação interdepartamental e promotor da dimensão cultural no quotidiano do agrupamento.
4. O trabalho colaborativo e a partilha de experiências pedagógicas, com resultados no desenvolvimento das práticas de ensino.
5. Existência de responsabilidade partilhada pelos vários órgãos e estruturas com articulação, assim como facilidade na comunicação e informação.
6. O estabelecimento de parcerias e protocolos em áreas que convergem para a melhoria da prestação do serviço educativo.
7. A requalificação/construção de alguns dos estabelecimentos do agrupamento, nomeadamente a Escola Sede e a EB1/JI de Alcobaça (Centro Escolar).
8. A EB1/JI de Alcobaça (Centro Escolar) que permite dar resposta às necessidades locais ao nível da educação pré-escolar.
9. O trabalho colaborativo e partilha de experiências pedagógicas, com resultados no desenvolvimento das práticas de ensino.
10. O trabalho cooperativo que caracteriza a dinâmica das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, com reflexos na melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.
11. A capacidade de mobilização de recursos, materiais e financeiros, com impacto na melhoria das condições do agrupamento.
12. A gestão proativa dos recursos e a eficácia dos circuitos de informação e comunicação, com repercussões na qualidade dos serviços.
13. A promoção do espírito de solidariedade e do exercício de uma cidadania responsável, relevantes na formação integral dos jovens.
14. O reconhecimento e a valorização de algumas escolas do agrupamento por parte da comunidade, com consequências no estabelecimento de uma relação aberta e participativa entre ambas.
15. As iniciativas de valorização dos sucessos obtidos pelos alunos.
16. A higiene e segurança dos espaços, com reflexos no bem-estar de todos os elementos da comunidade escolar.

17. A dedicação, motivação e empenho dos profissionais no desenvolvimento das suas funções, que se repercutem na qualidade do serviço prestado, com reconhecimento pela comunidade, e na satisfação dos seus agentes.
18. Existência de Associação de Estudantes, na Escola Sede, revelando a promoção do desenvolvimento da cidadania e das práticas democráticas entre os alunos.
19. A generalização das unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e das salas de Multideficiência a duas EB2,3 e à Escola Secundária do Agrupamento, cobrindo todos os ciclos e proporcionando a todos os alunos necessitados um apoio dentro dos escalões etários que lhes são próximos
20. O facto de ser um Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce na Infância.
21. Projeto CEI – Currículo Específico Individual – destinado a alunos com currículo específico individual, em funcionamento na Escola D. Pedro I.
22. A reflexão sobre os resultados obtidos na avaliação interna por comparação com os resultados obtidos na avaliação externa.
23. A existência do projeto Capacitar, Desenvolver e Incluir do CRIA (Centro de Recursos e Integração de Alcobaça).

1.2 Pontos Fracos

1. A diminuição dos fluxos financeiros para as escolas do Agrupamento, quer da administração central quer da administração local;
2. A interferência excessiva das redes sociais no julgamento das escolas, deixando a estas a tarefa quase impossível de esclarecer todos os assuntos "debatidos" nas redes – muitas vezes, por simples desconhecimento dos mesmos.
3. A necessidade de reforço da articulação interdisciplinar, de forma a garantir a transversalidade do currículo.
4. A ténue consistência dos processos de articulação curricular vertical, o que dificulta a sequencialidade das aprendizagens.
5. O comportamento pouco disciplinado de alguns alunos, que se reflete num ambiente pouco tranquilo, com repercussões negativas no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
6. A não existência de um Gabinete de intervenção junto do aluno e da família nas várias escolas do agrupamento.
7. A participação e a dinâmica dos pais e encarregados de educação no dia-a-dia da escola bem como a sua participação na resolução de problemas identificados.
8. A não realização de exercícios de evacuação ou simulacros na maioria das escolas do agrupamento.
9. A insuficiente reflexão sobre a autoavaliação.
10. A ausência de metas educativas e de análise comparada de resultados nos projetos curriculares de grupo e de turma, o que compromete a objetividade da sua avaliação.

11. A ineficácia de algumas estratégias para a integração de todos os alunos, com vista ao cumprimento da escolaridade obrigatória, e para o envolvimento das famílias na valorização das aprendizagens.
12. A escassez de alguns recursos materiais.
13. A falta de espaço, a degradação de alguns espaços existentes e a insuficiência e desadequação do mobiliário escolar às características do atual nível etário dos alunos, em várias escolas do agrupamento.
14. A falta de um espaço de convívio/trabalho para os alunos em alguns estabelecimentos.
15. A falta de conforto, especialmente ao nível do aquecimento, que não cria as condições de trabalho ideais para o desenvolvimento das atividades.
16. A quantidade/qualidade das refeições servidas nos refeitórios adjudicados a empresas.
17. A necessidade de requalificação/construção de sanitários, esgotos e coberturas em alguns estabelecimentos de ensino.

1.3 Oportunidades

1. A melhoria das acessibilidades, pela construção do itinerário Complementar 9, potenciando o alargamento do tecido empresarial local, o estabelecimento de novas parcerias e a diversificação da oferta formativa.
2. O reforço das parcerias e protocolos com instituições e empresas do meio no desenvolvimento de projetos, no alargamento da oferta educativa e no cumprimento da escolaridade obrigatória de todos os alunos.
3. Reconhecimento e valorização do Agrupamento por parte dos mais variados setores da comunidade.
4. A política vigente de defesa do ensino público
5. Parceria com a Câmara Municipal de Alcobaça e outras instituições do meio envolvente
6. Os bons resultados ultimamente obtidos.

1.4 Constrangimentos/Ameaças

1. Escassez de assistentes operacionais, face às necessidades do agrupamento, tendo em conta a tipologia das diferentes escolas.
2. A inexistência de recursos humanos suficientes na área da Psicologia e Orientação Escolar, com reflexos na qualidade do apoio e na orientação dos alunos.
3. A não existência de pavilhão ginodesportivo no recinto escolar da escola Frei Estevão Martins.
4. A falta de um espaço propício para a apresentação de atividades para alunos (dramatizações, apresentações musicais, etc.) em várias das escolas do agrupamento.
5. A indefinição quanto a alguns aspetos importantes da Rede Escolar, nomeadamente, a remoção do amianto da Escola Básica 2,3 D. Pedro I, a não (re)construção da EBI 1,2,3 de Pataias, a não valorização da EB2,3 Frei Estevão Martins, há muito aprovada.
6. A falta de espaços adequados, na maioria dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo, para a prática da atividade física e desportiva.
7. Desvalorização do conhecimento/cultura como forma de acesso a uma vida melhor.

8. Participação reduzida dos pais na vida da escola.
9. Inexistência de Associações de Pais em algumas escolas do Agrupamento.
10. Turmas com elevado número de alunos.
11. Existência de turmas com mais de vinte elementos que integram dois ou mais alunos com NEEcp redutores.
12. A oferta de ensino secundário público na Nazaré.

2 ANÁLISE PEST

Sendo um acrónimo formado a partir das variáveis "Política", "Económica", "Social" e "Tecnológica", a análise **PEST** procura mobilizar estas mesmas dimensões, enquanto ferramentas que devemos considerar na gestão estratégica do Agrupamento de Escolas de Cister. Assim, procuramos extrair de cada um destes fatores, a relevância que adquirem no ambiente determinado que é o Agrupamento de Escolas de Cister:

FATORES		RELEVÂNCIA
POLÍTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Uma reforma educativa não isenta de ambiguidade: <ul style="list-style-type: none"> • Flexibilização; • Provas de Aferição, em vez de provas sumativas; • Política de contratação pública; • Os recursos humanos subordinados às finanças; • A bicefalia na tutela das escolas, nomeadamente ao nível do 1º Ciclo. • Interrupção dos fluxos financeiros, destinados ao funcionamento das EB1, para o Agrupamento. • Abertura do Ensino Secundário Público na Nazaré 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudar, que é, por si, sempre difícil, torna-se, no contexto de um ensino público, mais discutível e difícil de implementar • A separação, em termos de modelo de financiamento, entre ensino profissional e cursos científico-humanísticos não dá segurança nem continuidade à “Rede Escolar”. • Oferta escolar inconsistente; • Enfraquecimento das empresas locais; • Insuficiência de PND, sobretudo de Assistentes Operacionais; • Entropia na cadeia de comando; • Debilitação das finanças do Agrupamento. • Previsível diminuição do número de alunos, sobretudo no nível Secundário – o que tornará visível uma tendência que vinha sendo “dissimulada” pela situação anterior.
	<ul style="list-style-type: none"> • POCH longe das escolas 	<ul style="list-style-type: none"> • As mais-valias, devidas às imputações (energia, água,

ECONÓMICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição dos fluxos financeiros, via OGE, para as Escolas. • Integração das receitas dos lucros dos Bufetes e dos Refeitórios na ASE. 	<p>instalações, equipamentos, vencimentos) deixam de ser receitas das escolas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As respostas autónomas das escolas deixam de ser possíveis. • A supletividade em relação ao OGE que as escolas faziam, na aquisição de equipamentos, na manutenção das instalações, por exemplo, deixa de ser possível.
SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Crise demográfica, • Crise da autoridade do professor • Composição social da população-cliente, • As redes sociais, • A dimensão dos alunos que usufruem de medidas para NEE, • Maior apetência dos pais pela vida escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • A diminuição previsível do número de alunos vai levar a um ainda mais acentuado envelhecimento da população docente; • Emergência de problemas comportamentais e disciplinares em idades cada vez mais jovens; • As turmas são cada vez mais difíceis de gerir e a sua dimensão não tem ajudado. • A maior intervenção dos pais na vida das escolas, sendo, em termos absolutos, um bem, coloca problemas de regulação e de gestão de expectativas. • Turmas muito heterogéneas
TECNOLÓGICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Obsolescência crescente dos parques informáticos; • Política de informação e comunicação do Agrupamento; • Desmaterialização de processos e de práticas 	<ul style="list-style-type: none"> • A resposta que tem sido dada pode estar comprometida, se os fluxos financeiros se mantiverem a este nível. • A utilização, com tendência para a exclusividade, das comunicações eletrónicas, traz consigo novos desafios, nomeadamente ao nível da formação e do <i>workflow</i> informativo. • Necessidade de investimento em formação

Ficamos, assim, juntamente com as conclusões que obtivermos da clássica “Análise SWOT”, com um quadro razoavelmente abrangente do universo que temos pela frente e dos desafios que nos serão, por força, colocados. Os ajustes necessários à sua concretização serão feitos anualmente através do PAA, tendo por base uma constante monitorização das realidades emergentes, juntamente com as representações que os elementos da comunidade educativa vão fazendo, como fruto da sua vivência e análise das realidades. Assim, ano a ano, sobretudo através do Plano Anual de Atividades, tentaremos definir as respostas que, em relação aos problemas e desafios reais, se mostrem mais adequados à definição de políticas que sejam capazes de definir respostas concretas, capazes de nos encaminhar para esse desiderato que, nos termos aqui propostos, nos deverão levar a uma melhor educação, aqui, em Alcobaça.

CAPÍTULO III

1 Áreas de Intervenção / Valores Operativos / Enquadramento de um Plano Integrado de Visitas de Estudo (“PRIVE”)

Não se descobrem razões substantivas que imponham uma rutura metodológica, em relação ao Projeto Educativo anterior.

Para forçar uma maior articulação entre os diversos instrumentos orientadores, o Conselho Pedagógico do Agrupamento definiu já uma série de "Atividades-âncora" que devem dar coerência àquilo que o Agrupamento entende como atividades estruturantes. Deste modo, surgiu um novo conceito orientador - o "PRIVE" - que define um conjunto de visitas de estudo que um aluno do AECister deve fazer ao longo do seu percurso escolar. Deste modo, pretendemos evitar que um aluno repita experiências de viagens ao longo do seu percurso, deixando de lado outros destinos que deveriam fazer parte do seu percurso, da sua experiência.

Assim, tanto quanto possível, faremos um cruzamento entre as áreas de intervenção, os valores que perseguimos, as atividades-âncora que estruturam a nossa ação, as visitas de estudo indispensáveis. É claro que em tudo o que é cultura, em tudo o que é construção sistemática, existe algum artifício. As opções nunca são definitivas e algumas escolhas feitas há quatro anos poderão ficar de fora agora, assim como outras não consideradas na altura adquirem, desta vez, relevância.

1.1 Atividades-âncora do AECister

ATIVIDADE - ÂNCORA	DESCRIPTORES
LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS	Promoção e valorização dos valores da cultura e da língua portuguesas. Promoção da leitura e do livro em vários suportes
MULTICULTURALIDADE	Línguas, culturas, territórios e problemas de diferentes culturas. Conviver, aprendendo, com a diferença.
INCLUSÃO E SOLIDARIEDADE	Promoção de práticas virtuosas para a afirmação da visão inclusiva da sociedade. Como sermos melhores sem deixar ninguém para trás. Formas de promoção dos valores humanistas.

ATIVIDADE - ÂNCORA	DESCRIPTORES
CULTURA LOCAL	Promoção dos valores, lugares, história e eventos locais
CIÊNCIA E TECNOLOGIA: FUTURO E RESPONSABILIDADE	O mundo das empresas. Ciência e Tecnologia: Valores, perspectivas e limites Saberes, Métodos, Processos. Empreendedorismo
SUCESSO ESCOLAR	Medidas e Práticas, inovadoras ou convencionais, que promovam o sucesso escolar, nos domínios teórico-científico-prático, pedagógico e pragmático. Orientação escolar.
PROMOÇÃO DA CULTURA E DA COLABORAÇÃO INSTITUCIONAIS	Promoção de uma cultura institucional O Agrupamento, o Município, as autarquias, as escolas e a necessidade de nos “empoderarmos” mutuamente. Os pais na vida da escola.
ECOLOGIA, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE	Promoção dos valores ecológicos, ambientais e de saúde pública O SPO na vida do Agrupamento.
CIDADANIA, FELICIDADE, SEGURANÇA E CONVIVIALIDADE	Promoção de valores de urbanidade, de ordem e disciplina nas escolas; Conjunto de atividades que visem a promoção da qualidade das nossas vivências.
CELEBRAÇÃO DO TEMPO	Efemérides como densificadoras do tempo. Dias Internacionais, Mundiais e Europeus.
A DIMENSÃO ARTÍSTICA	Promoção de uma visão do mundo sob o ponto de vista da estética. Exposições; Concertos...
EDUCAR EM COMPETIÇÃO	Viver num mundo competitivo Competir com regras e <i>fair-play</i> Promoção da excelência Defesa da diferença
OUTRAS	

1.2 Projetos

Agrupamento de Escolas de Cister – Projetos comuns				
Agrupa - <i>Canto Quarto</i> , Jornal do Agrupamento (suporte digital) - Desporto Escolar - PNL / CNL - Escolas Promotoras de Saúde – Desmaterialização dos Suportes administrativos e pedagógicos – para um “grau zero de utilização de papel”				
Pré-Escolar e 1º Ciclo	D. Pedro I – 2º3º ciclos	Frei Estêvão Martins 2º 3º ciclos	Pataias – 2º3º ciclos	D. Inês de Castro Secundária
<ul style="list-style-type: none"> Projeto da SUMA Turma Mais PNPSE Oficina “Ler e escrever ajuda a crescer” Projeto Eco-Escolas Educação Ambiental "Alimentação Saudável" "Saúde Oral" Projeto Atividades Enriquecimento Curricular Projeto alunos CEI 	<ul style="list-style-type: none"> Eco-Escolas Espaço + Projeto alunos CEI "Toca a Mexer" Green Cork Coastwatch Olimpíadas de Matemática e Ciências Naturais, Química, Educação Visual, Geografia Justiça para Todos Prémio Ilídio de Pinho Parlamento dos Jovens Salas de estudo Desdobramentos e Coadjuvações 	<ul style="list-style-type: none"> Salas de Estudo Desdobramentos e Coadjuvações Espaço + Clube de Fotografia Clube da Poesia Horta Pedagógica Gabinete de Mediação Olimpíadas de Matemática, Química e Língua Portuguesa Literacia 3D 	<ul style="list-style-type: none"> Salas de Estudo Desdobramentos e Coadjuvações Voluntariado de Acolhimento Concurso “Caça Talentos” Ponto de Partida Green Cork Coastwatch eComenius 	<ul style="list-style-type: none"> Clube Europeu Desdobramentos e Coadjuvações Olimpíadas: <ul style="list-style-type: none"> Matemática Química Física Biologia Biotechnology Ler + Clube das Artes Pais na Escola do Século XXI

1.3 OPERACIONALIZANDO A MISSÃO.

1.3.1 Sucesso Escolar e Competência

PROBLEMA A RESOLVER	AÇÕES A DESENVOLVER	CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS	INDICADORES DE MEDIDA
Articulação (vertical, horizontal, entre documentos e interdisciplinar)	<ul style="list-style-type: none"> Promover a articulação entre os vários documentos orientadores (PE, PAA, RI) Adequar a estrutura do PAA às áreas de intervenção do PEE Garantir a divulgação de todos os documentos orientadores junto da comunidade educativa Promover a articulação curricular entre os diferentes ciclos / ramos de ensino / disciplinas / áreas curriculares Promover a gestão pedagógica e curricular Fomentar a continuidade / melhoria de formas colaborativas do trabalho docente 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do PAA, através de uma equipa própria, em função das áreas de intervenção previstas no PEE. Divulgação dos documentos estruturantes (PE, PAA e RI) junta da comunidade educativa, se possível em suporte digital. Informação sobre a disponibilização dos documentos estruturantes Realização de reuniões entre estruturas intermédias de orientação educativa 	<ul style="list-style-type: none"> RCA; Reuniões de Departamento Reuniões Coordenação de Ano Resultados escolares Projetos de natureza interdisciplinar Participação no <i>Agrupamento</i>, sobretudo em atividades partilhadas entre escolas, turmas ou níveis
(In) Sucesso Escolar	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver, juntamente com a dimensão do saber, as dimensões do saber-fazer, saber-estar, saber-ser e aprender a aprender; Promoção do gosto pela vida escolar, através de projetos diversificados; PNPSE - Plano de ação estratégica - Redução do insucesso escolar. Estreitar a articulação entre a escola, a família e a comunidade Potenciar o apoio às aprendizagens dos alunos, através da criação de estruturas de apoio complementares; Disponibilização de ensino de 2ª Oportunidade Valorizar a excelência 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ações tendentes à valorização da Língua Portuguesa como exigência transversal Plano Nacional de Leitura (cf. "Projetos") Projeto das Bibliotecas Escolares Oficina "<i>Saber Ler e Escrever ajuda a crescer</i>" <i>Turma Mais</i> <i>Partilhar para Melhorar</i> (1º, 2º e 3º Ciclos) <i>Ser + Escola</i> Constituição de Salas de Estudo Dotação de aulas de extensão curricular ("Reforço"), através do Crédito Horário da Escola; Atividades de Coadjuvação, através do Crédito Horário da Escola Participação em diversas Olimpíadas (cf. "Projetos") Turmas EFA Centro Qualifica 	<ul style="list-style-type: none"> Face ao fantástico desempenho verificado no último quadriénio, é legítimo o compromisso apenas com os níveis obtidos: 94,65%, no básico, e 87,21%, no secundário 500 inscritos no <i>Centro Qualifica</i>; No âmbito do <i>Planeamento da Ação Estratégica</i>, do PNPSE, obrigamo-nos às seguintes metas: <ul style="list-style-type: none"> 95% de transição em 2017/18 Taxa de sucesso a Matemática: <ul style="list-style-type: none"> 5º ano 2017/18 – 70.5% 6º ano 2017/18 – 72% 7º, 8º, 9º anos 2017/18: >70% 500 inscritos no Centro Qualifica, no 1º ano de funcionamento (2017/18) 1 Turma EFA em funcionamento Percentagem do nº de alunos integrados nos Quadros de Mérito

		<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de alunos integrados no Quadro de Mérito • Prémios aos “Melhores Alunos” 	
--	--	---	--

1.3.2 Cidadania, Bem-Estar e Segurança

PROBLEMA A RESOLVER	AÇÕES A DESENVOLVER	CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS	INDICADORES DE MEDIDA
(In)Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir situações de indisciplina • Comunicação mais célere com os pais • Casos graves são para ser comunicados; • Casos quotidianos são para ser resolvidos; • Ordem de saída da sala de aulas: alcance e limitações • Redução do número de casos disciplinares 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor conhecimento do Regulamento Interno e dos instrumentos colocados à disposição dos diversos intervenientes no processo educativos • Definir procedimentos quanto à ordem de saída da sala de aulas; • Fazer encaminhamento • Necessidade de formação sobre “Gestão de Conflitos na Sala de Aulas” 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de participações • Número de Processos Disciplinares
Educação para a Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenir situações de exclusão • Atualizar o espírito da “Declaração de Salamanca”, sobre a inclusão de alunos com NEE. • Desenvolvimento da consciência cívica sobre a urgência de desenvolver ações como finalidade a sustentabilidade do nosso mundo 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação sobre a aceitação da diferença; • Continuação da política de inclusão e de multiplicação das Unidades de acolhimento de alunos “diferentes” (Multideficientes e do Espetro do Autismo) • Promover ações de formação sobre sustentabilidade e os cuidados a ter com a nossa Terra 	<ul style="list-style-type: none"> • Contar.... • Ações de formação sobre a aceitação da diferença;
	•	•	•

1.3.3 Inclusão, Qualidade e Multiculturalidade

PROBLEMA A RESOLVER	AÇÕES A DESENVOLVER	CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS	INDICADORES DE MEDIDA
PRECONCEITOS	<ul style="list-style-type: none"> • Minar a “certeza” de que “a nossa” diferença se traduz em superioridade e a diferença dos outros equivale a uma certa inferioridade 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação sobre a aceitação da diferença; • Mostras de culturas: folclore, gastronomia, festas rituais de outras culturas 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ações inscritas no PAA ou autorizadas pelo Diretor
EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	<ul style="list-style-type: none"> • Distinguir entre diferenças comportáveis e diferenças inaceitáveis • Candidaturas a medidas financiadas que tenham como finalidade a elevação cultural, social e familiar de culturas minoritárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Convites a membros de comunidades minoritárias entre nós (negros, ciganos, árabes...) para participarem em ações de formação / sensibilização para os valores matriciais de que uma cultura não pode prescindir 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação das “Jornadas de Educação Especial” • Apetrechamento das UEEA e UEEM
XENOFOBIA	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •

1.4 Desporto Escolar

O Desporto Escolar é um instrumento que tem um lugar inquestionável dentro do Sistema Educativo. Como áreas prioritárias de intervenção do Desporto Escolar, podemos encontrar, entre outras: o desenvolvimento de hábitos de vida saudável, de higiene e segurança; desenvolvimento de atitudes de respeito, cooperação e tolerância e contribuição para o enriquecimento humano, cultural, estético, e fomento da inclusão de alunos portadores de deficiência através da dinamização de atividades físicas e desportivas adaptadas, oferecendo no PAA (Plano Anual de Atividades) atividades curriculares, extracurriculares e de complemento curricular.

O Desporto Escolar constitui-se como um elemento transformador da escola, no sentido de uma escola mais viva, mais ativa, que proporciona um ambiente de verdadeira missão, a formação desportiva integral dos nossos jovens, transmitindo-lhes um conjunto de valores de carácter educativo e formativo.

O Desporto Escolar conquistou um espaço relevante no Agrupamento e no processo educativo ao representar, para além de um espaço de prática desportiva de competição e lazer, um elemento fundamental na educação para a cidadania das crianças e jovens. Porque consideramos o Agrupamento de todos e para todos, o Desporto Escolar pode promover a igualdade de oportunidades, quer de acesso, quer de sucesso, constituindo-se como um instrumento de grande relevo e utilidade no combate ao insucesso escolar e de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Do ponto de vista funcional, o Desporto Escolar é operacionalizado em duas vertentes:

A primeira, e a mais importante, referente à dinamização de atividades desportivas realizadas internamente a cada escola constituinte do Agrupamento ou, então, dinamizadas pelo Agrupamento, tendo a participação total ou parcial das escolas que o constituem (por ex.: corta mato escolar, torneios interturmas, dias ou semanas de modalidades, formação de árbitros, etc.) – é denominada de Atividade Interna. Esta atividade será acessível e alargada ao maior número possível de crianças e jovens, não esquecendo que a dinâmica do trabalho na escola/Agrupamento deve ser geradora de alunos participativos e críticos na vida escolar, com o objetivo de criar futuros cidadãos responsáveis e ativos, cumpridores dos seus deveres e compromissos numa sociedade que integram. As atividades internas serão desenvolvidas pelo coordenador do Desporto Escolar e pelos outros professores, realizadas intraescola ou em intercâmbio com as outras escolas do Agrupamento, preferencialmente de proximidade geográfica; enquadradas no plano anual da disciplina de Educação Física; ou, organizadas pelos próprios grupos/equipas e integradas no plano anual da respetiva modalidade ou disciplina desportiva. Pretende-se com esta dinâmica, gerar, não só, hábitos de prática desportiva, num quadro de promoção da saúde, da qualidade de vida e da cidadania, mas também, ganhar mais-valias com a participação e o apoio das associações de estudantes e de pais/encarregados de educação de cada um

dos estabelecimentos de ensino/Agrupamento, ou outras parcerias com a autarquia, associações desportivas ou clubes.

A segunda, referente à atividade desportiva desenvolvida por grupos-equipas, num escalão/sexo ou num escalão misto, com um carácter representativo da sua escola, na maioria dos casos assente em competições interescolas, com um nível de competitividade crescente, revestindo diversas formas de participação (por ex.: Campeonatos Locais (EAE), Campeonatos Regionais (DRE), Campeonatos Nacionais (DGE), Campeonatos Federados) – é a Atividade Externa.

É este o processo que permitirá suportar o verdadeiro projeto de escola, viva, ativa e desportiva. É o processo que provavelmente criará um maior envolvimento e que mais motivará os alunos para a escola, permitindo criar hábitos de prática de atividade física/desportiva e de vida saudável, onde se cultivam valores, como a liberdade e participação, responsabilidade, tolerância, solidariedade e onde se procuram consensos, tendo, como fim último, a formação de cidadãos que desenvolvam atitudes e valores de respeito por si próprio e pelos outros, de que tanto necessitamos.

O Desporto Escolar é, assim, uma área transversal da Educação com impacto em diversas áreas sociais, sendo um instrumento essencial na promoção da saúde, na inclusão e integração social, na promoção do desporto e no combate ao insucesso e abandono escolar. Pretende-se um Desporto Escolar em modelo aberto, democrático e participado, com a atividade interna em continuidade da área disciplinar de educação física, promovida pelo respetivo departamento ou grupo, como forma de promoção da aquisição de hábitos de vida saudável e numa perspetiva de atividade não curricular e não obrigatória, dentro do conceito de escola a tempo inteiro. Enfim, um Desporto Escolar apropriado pelo Agrupamento como projeto de parceria com as autarquias, o associativismo, os pais/encarregados de educação e a comunidade em geral, que proporcione a todos os alunos o acesso à prática da atividade física e desportiva, como contributo essencial para a formação integral dos jovens e para o desenvolvimento desportivo nacional.

2 Parcerias

Agrupamento de Escolas de Cister – Parcerias comuns ao Agrupamento

CEERIA – (projeto CRIA) - Câmara Municipal de Alcobaça - Oestecim - Juntas de Freguesia - Centros de Saúde - Academia de Música e de Dança de Alcobaça - Bombeiros Voluntários de Alcobaça e Pataias - PSP/GNR - Ginásio Clube de Alcobaça – Cister Sport Alcobaça – Santa Casa da Misericórdia de Alcobaça – Inst. Politécnico Leiria – RSI – Caixa de Crédito Agrícola – Mosteiro de Alcobaça - Centro de Emprego - Cooperativa Agrícola de Alcobaça

Pré-Escolar e 1º Ciclo	D. Pedro I – 2º/3º ciclos	Frei Estêvão Martins 2º 3º ciclos	Pataias – 2º/3º ciclos	D. Inês de Castro Secundária
<ul style="list-style-type: none"> • GALP • ADEPA • SUMA • Clube de Ténis de Alcobaça • Associações Recreativas da Região • Associações de Pais • Clube Desportivo Pataiense • Doces da Carla • Santa Casa da Misericórdia de Aljubarrota • COCAPA (Pataias) • Valorsul • CBES Montes, Maiorga • ABAE • Centro Social de Évora de Alcobaça • Associação Tempos Brilhantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Municipal de Alcobaça • Associação de Comerciantes de Alcobaça • “Viver Alcobaça” • Mosteiro de Alcobaça • Rádio Cister • Região de Cister • Jornal Alcôa • Centro de Bem Estar Infantil de Alcobaça • Fundação Maria e Oliveira • Associações Recreativas da Região 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Municipal de Alcobaça • Instituto do Emprego e Formação Profissional • Segurança Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Clube Desportivo Pataiense • Filarmónica de Pataias • Cecil • Instituto de Apoio à Criança • Esc. Prof. da Marinha Grande • InterMarché de Pataias • Piscinas Municipais de Alcobaça (Polo de Pataias) 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca Municipal de Alcobaça • Terminal 38 • Worten • TechClinic • SR – Informática • Inforline-Sugestão Dinâmica • Câmara Municipal da Nazaré • Dino’s Health and Fitness Centers • Clube de Natação de Alcobaça • EPADRC

Ao contrário do que acontecia *in illo tempore*, no tempo em que *monges, cavaleiros e reis* dominavam estas paragens, a escola de hoje é uma escola civil, uma escola da cidade; ela já não se constrói em lugares ermos e sossegados. Por isso, a escola de hoje, liga-se, tem de se ligar, em parceria, em rede. Não é por acaso que a vida de hoje é inimaginável sem "net". Por isso, procuramos - e continuaremos a procurar - alargar a nossa rede de contactos, de parcerias. Desde logo, com a Câmara Municipal, entidade sem a qual é impossível a construção de qualquer projeto educativo com sucesso. Haja ou não municipalização, a educação constrói-se sempre em parceria com o município, numa relação de boa vontade de ambas as partes. O Município deve ouvir as escolas como as entidades habilitadas para tratar, em primeira linha com um problema complexo e sensível em que a menor divisão traz consigo danos incalculáveis.

Pelas mesmas razões, procuraremos que as Juntas de Freguesia / Uniões de Freguesia sejam nossos parceiros, nossos cúmplices. A experiência havida com a Junta da União de Freguesias de Pataias e Martingança deveria inspirar muitas outras.

Finalmente, nesta ronda de entidades autárquicas / locais / regionais, a Oestecim é um parceiro cada vez mais importante. Já temos colaborado diretamente com esta estrutura intermunicipal em diversos projetos, não apenas ao nível do Conselho Estratégico, mas também ao nível de outras iniciativas, tais como o concurso de Empreendedorismo nas Escolas e na preparação da Rede Escolar referente aos Cursos Profissionais.

Quanto às PSP / GNR, vale a pena destacar o seu papel ao nível da iniciativa "Escola Segura", mas essa colaboração vai muito para além desta iniciativa, desde a formação, a sensibilização para as questões da segurança, incluindo a *cybersegurança*, *bullying* e outros temas que fazem parte do nosso quotidiano e da nossa (in)segurança. Por isso, sem entrarmos numa *policialização* da escola, tentaremos que a sua presença entre nós seja vista, como um ato normal, sem o banalizar, para não lhe retirar a eficácia.

Procuraremos sempre incentivar a troica de experiências como meio cultural e associativo em que nos inserimos.

Entre estas associações, destacaria a Misericórdia de Alcobaça e a Banda de Alcobaça (Academia de Música e Academia de Dança). A primeira pela colaboração que nos tem sempre dado em projetos de integração da comunidade cigana. A este respeito, convirá precisar o nosso enfoque sobre esta questão. Começamos por dizer que não é da nossa responsabilidade a sua existência. Não demos nenhuma autorização de residência, não conhecíamos ninguém, não desenvolvemos nenhum programa de acolhimento nem captação. No entanto, como educadores, como agentes socializadores de um território, é nosso dever concorrer para a resolução dos seus problemas emergentes, entre os quais se encontra a escolarização das minorias, sejam elas culturais, étnicas, religiosas ou outras. Ora, a este nível, o comportamento e o compromisso da Misericórdia de Alcobaça têm sido exemplares.

Do mesmo modo, consideramos estratégica a nossa parceria com a Banda de Alcobaça, através da suas Academia de Dança e Academia de Música. Com efeito, a dimensão estática é insubstituível numa educação com sentido. A arte - e, nomeadamente, a *arte dos sons* e as danças - faz parte da nossa tradição ocidental, do nosso imaginário, da nossa identidade mais profunda, pelo que investis nestas

dimensões é respeitar a nossa idiossincrasia, a nossa "alma matricial". Por essa razão, embora não ativos nesta altura (2017/18), os Cursos Profissionais de Música serão sempre uma aposta, uma reserva moral da nossa oferta, ao mesmo tempo que fez (faz) de nós uma das pouquíssimas escolas com Cursos Profissionais de Música ao nível do ensino secundário. Por enquanto, porém, resta-nos o ensino artístico especializado que propomos em regime articulado. E a nossa aposta será a de voltar a levar esta aposta até Pataias, pesem embora as dificuldades inerentes à localização da escola e ao carácter bastante minoritário que esta escolha tem constituído para os alunos daquela vila.

Finalmente, uma palavra para as restantes situações: embora sem o fulgor de outros tempos em que a pujança de um tecido empresarial era uma almofada de grande impacto na vida das escolas, não nos podemos queixar de alheamento do meio empresarial e do tecido económico na vida do Agrupamento. A verdade é que também, há uns anos, as empresas locais tinham mais a ganhar com as escolas do que agora. Antes da entrada em vigor do Código das Contratações Públicas, introduzido pelo Decreto-Lei nº 18/20058, de 29 de janeiro, muitas das necessidades das escolas eram satisfeitas localmente. Com a introdução do Código das compras públicas e a necessidade do recurso plataformas onerosas e complicadas de gerir, o comércio local ficou arredado de uma fonte de receitas que, em alguns casos, pode ser a diferença entre a sustentabilidade e a falência.

CAPÍTULO V

1 Avaliação/ Monitorização do Projeto Educativo

A avaliação do Projeto Educativo é uma das suas áreas fulcrais, pois está presente na própria conceção do projeto, na reflexão sobre as avaliações interna e externa, na definição das áreas de intervenção e metas e nos meios para a sua consecução. Contudo, a credibilidade e a pertinência das componentes do Projeto Educativo devem ser objeto de análise, a fim de serem validados ou reforçados/substituídos os pilares que permitem a sua continuidade. Impõe-se, pois, a monitorização do projeto, ou seja, a recolha de informação sobre o faseamento das atividades nos seus diferentes aspetos. O grau de concretização de cada meta é aferido, tendo por referência os indicadores definidos, em dois momentos distintos:

No final de cada ano letivo, será efetuada a análise quantitativa decorrente da aplicação de inquérito (s) de satisfação e qualitativa resultante de documentos elaborados ao longo do ano. De acordo com o objeto de estudo, o (s) inquérito (s) será aplicado a alunos, docentes, funcionários, encarregados de educação e utentes dos serviços. Deverão ser analisados diversos indicadores nomeadamente: taxa de sucesso/insucesso da avaliação interna e externa, taxa de abandono escolar, análise do número de alunos com apoios educativos, percentagem de ocorrências disciplinares, número de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, número de alunos que integraram os quadros de mérito e grau de satisfação da comunidade escolar. Além disso, serão apresentados relatórios anuais com uma avaliação do trabalho desenvolvido, pelos responsáveis das estruturas de orientação educativa (conselhos de docentes, coordenadores de departamentos, grupos/áreas disciplinares, diretores de turma e outros), assim como relatórios das atividades no âmbito do PAA, pelos coordenadores de projetos/atividades/clubes ou outros. Será também analisado o relatório de avaliação da Biblioteca Escolar.

No final do período de vigência, realizar-se-ão entrevistas e questionários à Comunidade Educativa e proceder-se-á à análise dos relatórios e planos de melhoria realizados anualmente, pelos responsáveis das diferentes estruturas do Agrupamento, à análise dos resultados da avaliação interna e à análise do Relatório de avaliação externa.

Os questionários aplicados ao pessoal docente e ao pessoal não docente, aos alunos e aos encarregados de educação são questionários abrangentes que permitem aferir conclusões sobre o nível de desempenho da escola e evidenciar domínios que necessitam de ser melhorados.

Ainda no âmbito da autoavaliação do Agrupamento, destaca-se o Observatório da Comunidade Escolar, que tem como funções:

- realizar um diagnóstico do clima da Escola, numa perspectiva de contínuo aperfeiçoamento;
- promover parâmetros de qualidade na atuação dos diferentes agentes do processo educativo;
- elaborar e implementar a aplicação de inquéritos suscetíveis de atingir os objetivos constantes das alíneas anteriores;
- promover e publicar o tratamento estatístico dos principais indicadores da vida do agrupamento.

No termo do período para o qual este projeto foi concebido, far-se-á uma avaliação final.

2 Disposições Finais

O presente Projeto Educativo entra em vigor no momento da sua aprovação, em reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Cister e deverá ser obrigatoriamente avaliado quanto ao grau de concretização dos seus objetivos passados quatro anos. Anualmente e sempre que as condições assim o exigirem, deverá proceder-se à avaliação do trabalho desenvolvido no sentido do cumprimento e da concretização dos objetivos traçados.

Compete ao Conselho Geral acompanhar e avaliar a execução do Projeto Educativo, ouvida a comunidade educativa e os restantes órgãos de administração e gestão: Conselho Pedagógico, Diretor e respetiva equipa de direção.

Compete ao Conselho Pedagógico proceder à revisão e atualização do Projeto Educativo, considerando os resultados do trabalho de acompanhamento e avaliação do mesmo.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS AUXILIARES

BRUNET, L. (1992). *Clima de trabalho e eficácia da escola*. In: NÓVOA, A. (Org.). *As organizações escolares em análise*. 2.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Pp. 123-140.

MARCELINO, F. (2011). *História recente das Escolas Básicas do 1º ciclo do Agrupamento D. Pedro I*. Alcobaça.

GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS *et alii*, *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*, Lisboa, Ministério da Educação, 1917

Avaliação Externa dos antigos Agrupamentos

Carta Educativa do Concelho de Alcobaça

C. (2007). *Rede Social do Concelho de Alcobaça, Diagnóstico Social do Concelho de Alcobaça*. Alcobaça: CMA.

Dados do Agrupamento (Fichas de matrícula, Inquéritos vários)

MISI

Observatório da Comunidade Educativa

PORDATA

Resultados preliminares dos Censos 2011

ANEXOS

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO

(Fonte: Atlas da Educação 2017, EPIS, www.epis.pt/upload/documents/59fafbec27c55.pdf)

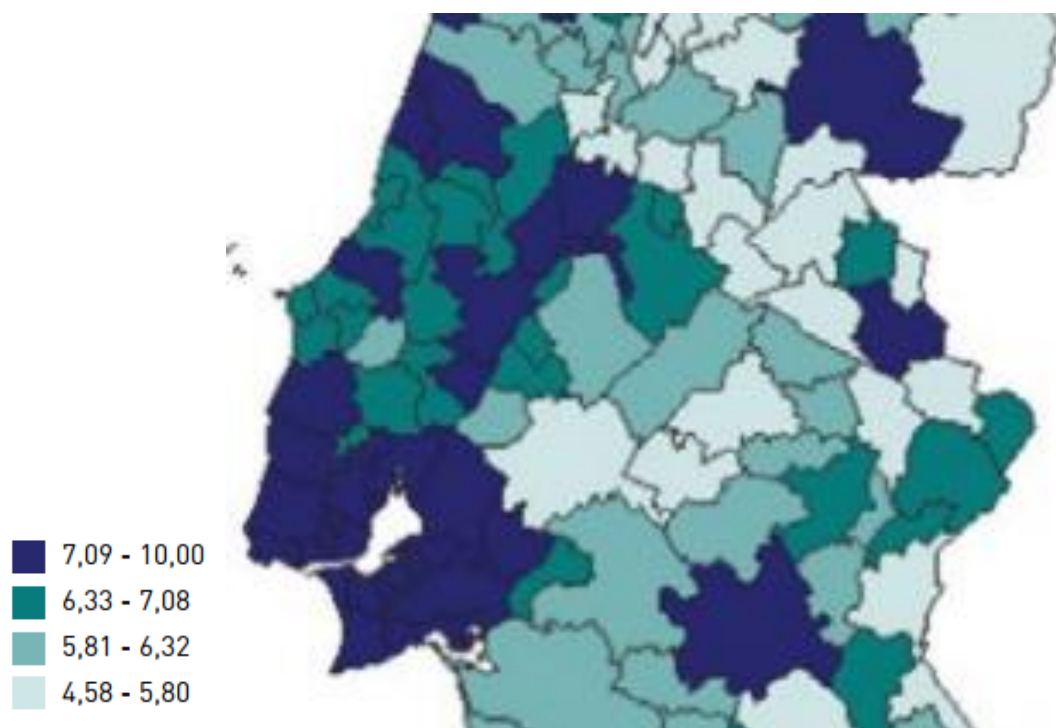


Figura 2. Variação populacional nos concelhos, NUTS III Oeste, nos períodos 1991-2001 e 2001-2011 (%)

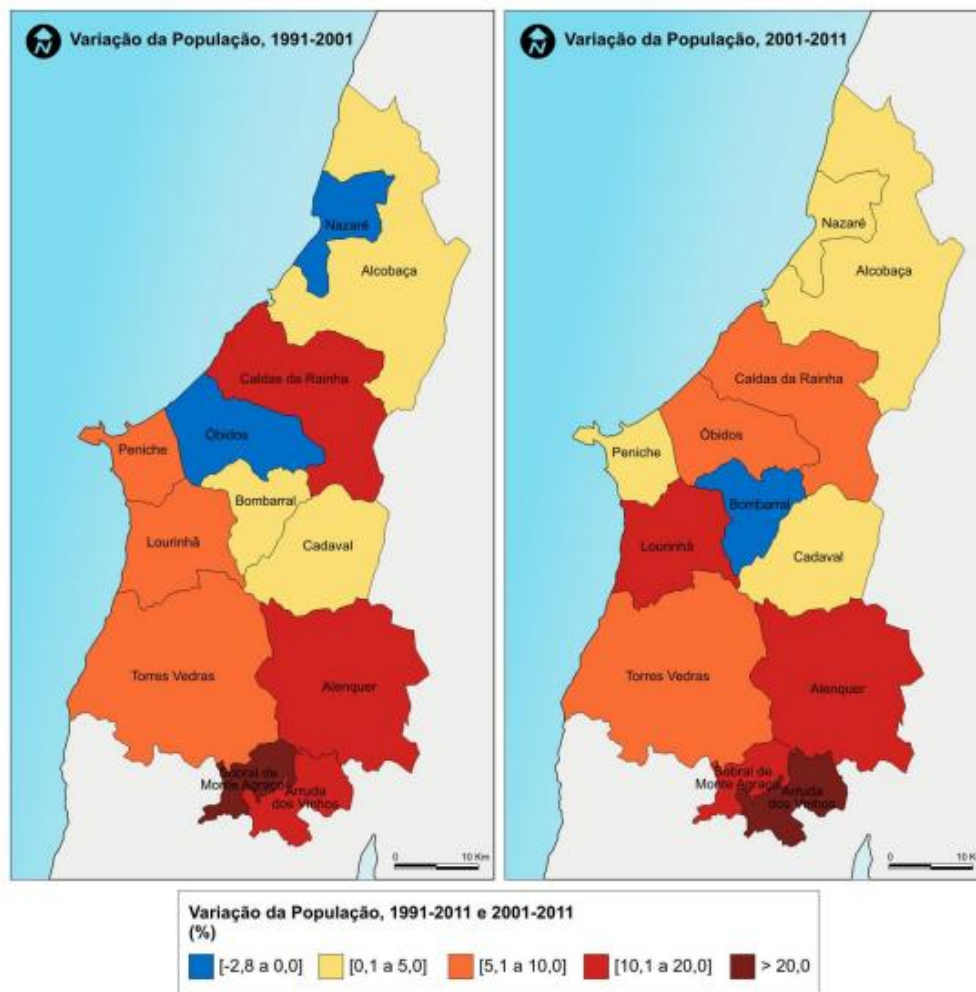
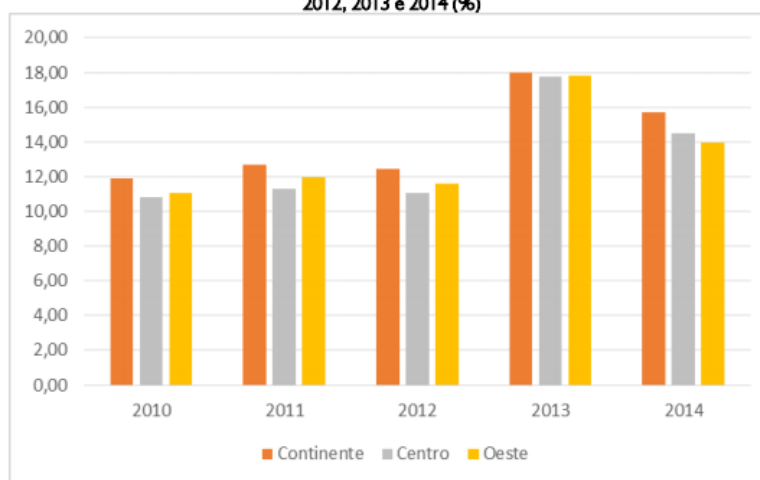


Figura 8. Taxa de natalidade das empresas, NUTS III Oeste, NUTS II Centro, no Continente, em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 (%)



Fonte: Recenseamentos Gerais da População e da Habitação, INE, 2011

Figura 11. Taxa de analfabetismo por concelho, NUTS III Oeste, em 1991 e 2011 (%)

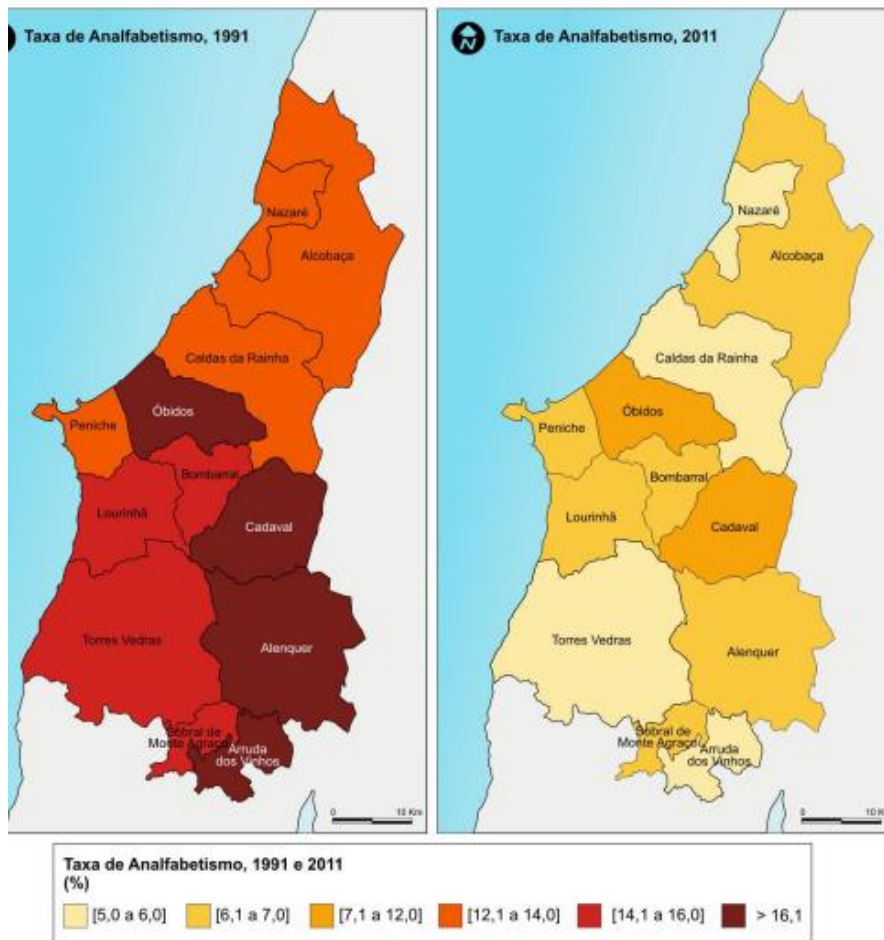
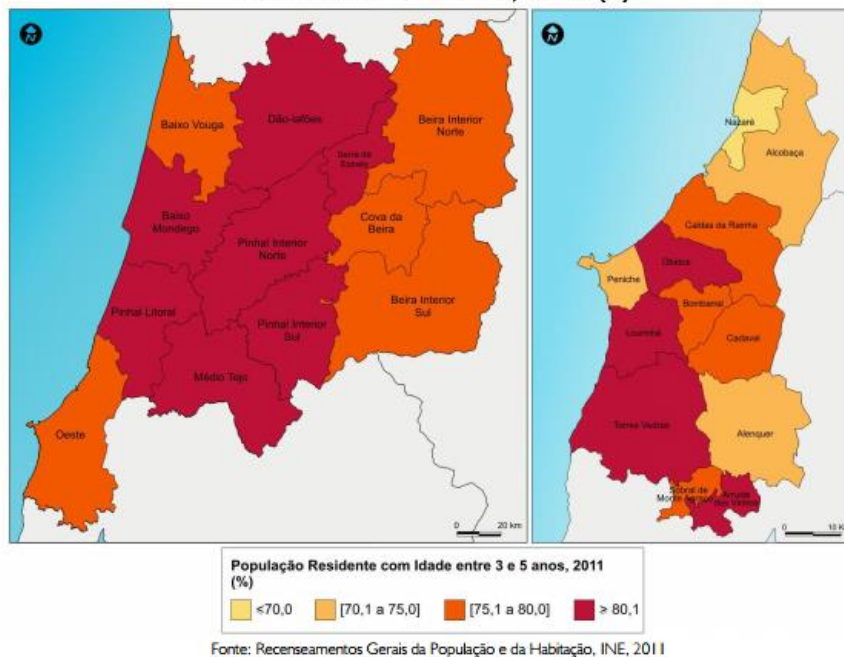
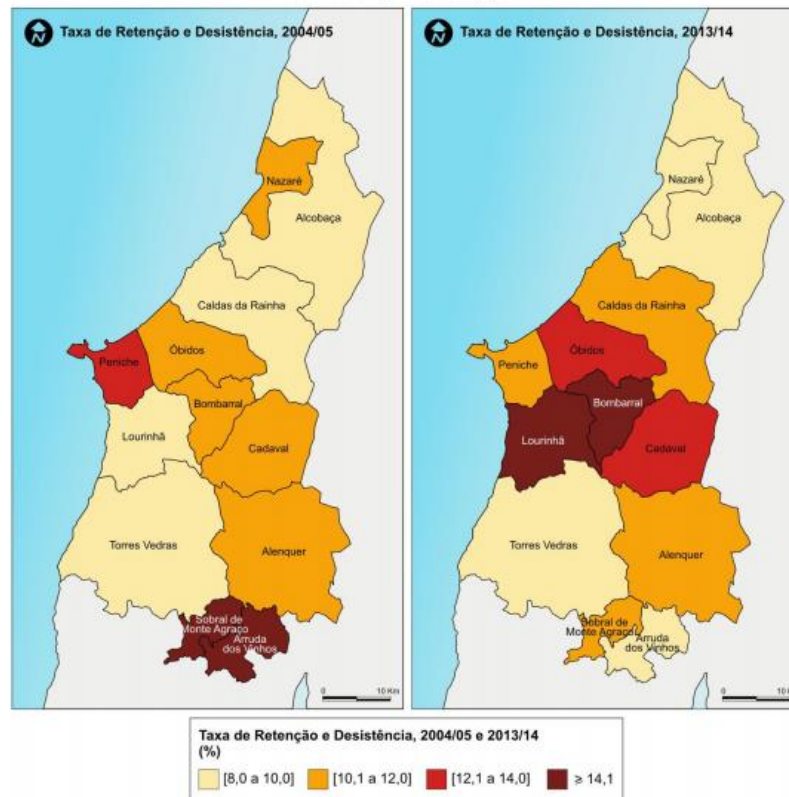


Figura 14. Proporção da população residente com idade entre 3 e 5 anos a frequentar a educação pré-escolar, NUTS III Oeste e NUTS II Centro, em 2011 (%)



PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR
ALUNO AO CENTRO

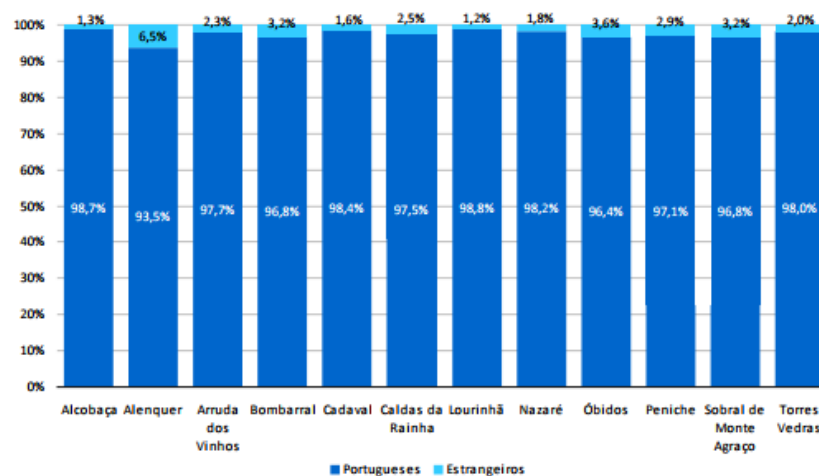
Figura 22. Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular nos concelhos da NUTS III Oeste, nos anos letivos 2004/2005 e 2013/2014



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, INE, 2005 e 2014

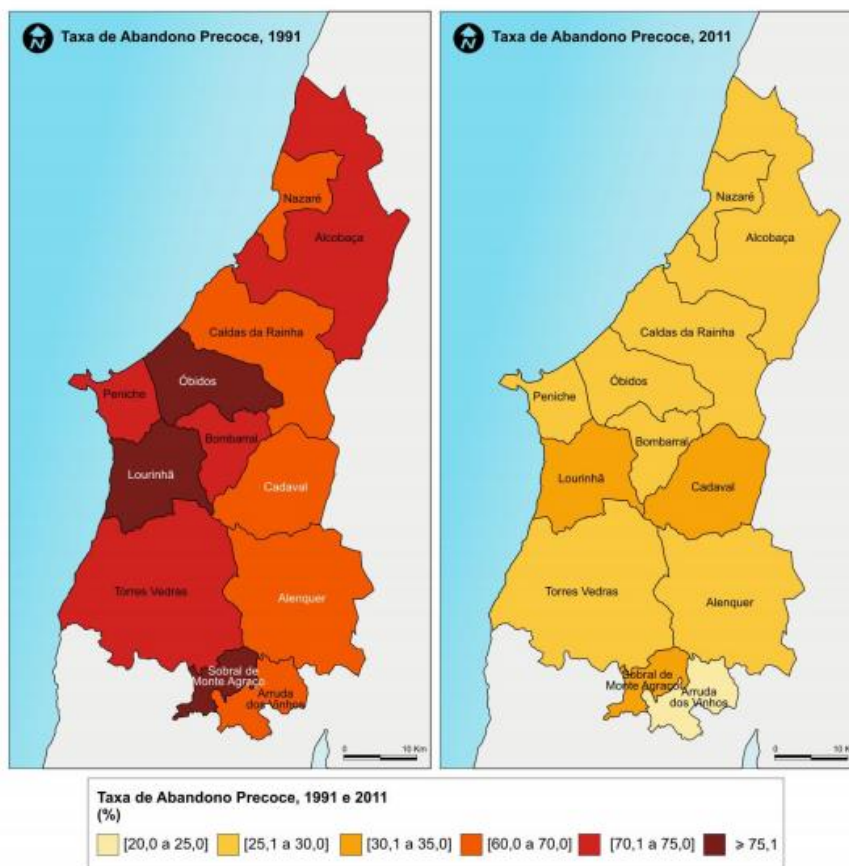
PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR
ALUNO AO CENTRO

Figura 20. Alunos de nacionalidade estrangeira inscritos no 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário, por concelho, NUTS III Oeste, no ano letivo 2013/2014



Fonte: DGEEC, 2014

Figura 23. Taxa de abandono precoce por concelho, NUTS III Oeste, entre 1991 e 2011 (%)



Fonte: Atlas da Educação, 2014

Tabela I. Taxa de atraso por nível de ensino por concelho, NUTS III Oeste, em 1991, 2001 e 2011 (%)

Unidade Territorial	1.º CEB			2.º CEB			3.º CEB			Ensino Secundário		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Alcobaça	21,6	16,1	12,4	47,7	39,1	27,8	36,8	28,5	27,0	46,8	37,2	36,9
Alenquer	22,4	16,9	13,5	49,5	41,5	29,8	42,3	26,4	29,8	42,0	38,7	39,2
Arruda dos Vinhos	22,0	16,4	12,4	44,5	38,3	30,2	35,4	37,1	29,7	38,9	40,4	44,5
Bombarral	23,0	17,0	12,9	54,3	47,8	32,5	43,2	27,9	30,9	47,4	37,5	42,8
Cadaval	28,5	17,3	11,8	58,8	42,2	30,6	43,0	27,5	30,0	51,1	37,2	36,3
Caldas da Rainha	21,1	16,7	13,6	46,0	40,9	31,3	37,1	29,2	30,5	48,4	38,9	40,2
Lourinhã	22,1	19,9	13,8	49,4	41,8	31,2	37,5	34,2	31,1	43,5	37,7	38,8
Nazaré	23,1	17,1	16,8	45,4	43,1	33,2	33,0	31,0	27,4	42,7	45,2	37,9
Óbidos	25,5	18,0	14,0	53,3	46,6	26,2	36,6	31,5	31,9	40,9	38,2	44,4
Peniche	25,9	19,5	13,4	52,3	41,0	30,0	41,5	30,8	30,0	47,7	42,9	40,3
Sobral de Monte Agraço	23,3	14,7	12,9	35,4	41,4	35,1	34,7	27,3	29,3	44,4	32,8	39,5
Torres Vedras	23,9	17,6	12,2	53,1	41,1	29,9	40,4	27,4	29,5	48,2	36,9	37,3

Fonte: Atlas da Educação, 2014

http://www.epis.pt/mediadores/atlas-da-educacao/atlas/#/tx_atraso_sec_hm_2011

Tabela 2. Intervenções de combate ao insucesso escolar recenseadas no Concelho de Alcobaça, 2016

Designação da Intervenção	Breve Descrição
Projeto Romá	Intervenção de âmbito socioeducativo, com enfoque específico na intervenção direta e indireta com a comunidade cigana e direcionada para intervenção em meio escolar.
Gabinete de Mediação	Intervenção em turmas em que as situações de insucesso escolar são trabalhadas de forma sistémica (aluno, encarregado de educação e diretor de turma/professores) e as situações de vulnerabilidade social são intervencionadas de acordo com as necessidades identificadas, a partir de uma ficha de sinalização social preenchida pelo professor ou outro elemento da comunidade escolar.
Observatório da Indisciplina	Intervenção com enfoque nos alunos em situação de recorrente insucesso escolar promove um trabalho sistémico a vários níveis destes alunos.
Centro de Atendimento a Jovens - Fora de Portas	Conjunto de oficinas estruturadas desenvolvidas junto da comunidade educativa para a capacitação de diferentes agentes educativos.
De mão em mão	Sistema de empréstimo de manuais e entrega de materiais escolares de apoio, aos alunos do 1.º ciclo.
Books & Movies	Realização do Festival Books & Movies, um evento com uma oferta cultural e literária diversificada, que pretende trazer ao concelho escritores, artistas e ilustradores, além de oferecer ao público uma
	variedade de sessões de cinema, exposições, <i>workshops</i> de atividades de animação cultura e educativa, espetáculos teatrais e musicais e ainda o mercado do livro e que decorre da constatação da fraca relevância atribuída à leitura, um fator crítico em matéria de insucesso escolar.
Alimentar Mais	Intervenção que se destina a alargar o fornecimento das refeições previstas durante as atividades letivas e garantir também refeições às crianças das escolas do Concelho durante as férias escolares, num reconhecimento da importância que uma dieta alimentar deficitária tem no insucesso escolar.
Cursos Vocacionais	Ver descrição anterior desta intervenção de âmbito nacional.

Fonte: Inquérito aos Promotores das Intervenções, CEDRU, 2016

Tabela 22. Nível de instrução das mães dos alunos inquiridos, por concelho, NUTS III Oeste (%)

Concelhos	Nível de Instrução	
	1.º CEB	Ensino Superior
Alcobaça	18,7	5,7
Alenquer	10,2	9,8
Amuda dos Vinhos	11,8	13
Bombarral	18,2	7,9
Cadaval	21,4	2,4
Caldas da Rainha	10,0	10
Lourinhã	20,0	0,0
Nazaré	6,0	10,8
Óbidos	12,7	4,8
Peniche	15,7	5,7
Sobral de Monte Agraço	13,4	4,2
Torres Vedras	17,1	8,1

Fonte: Inquérito aos alunos, CEDRU, 2016

D.4.1 - INDICADORES

Alcobaça	Ano letivo									
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência										
Ensino básico	7,5	6,5	5,4	7,2	5,7	9,0	8,7	8,2	6,5	5,6
1.º Ciclo do ensino básico	3,6	2,4	2,8	2,8	1,8	3,8	3,2	4,9	3,1	3,2
2.º Ciclo do ensino básico	7,5	6,4	5,3	5,4	5,9	8,8	11,0	9,8	6,9	6,4
3.º Ciclo do ensino básico	13,6	12,6	9,4	14,8	10,8	16,1	13,8	11,1	10,1	8,1
Ensino secundário	20,6	18,9	16,5	18,1	18,4	16,7	16,5	17,6	15,8	16,6
Escolarização										
Taxa bruta de pré-escolarização	101,8	94,2	96,5	92,7	94,8	101,4	105,3	105,7	104,5	104,4
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	116,7	115,3	129,3	130,0	123,5	113,8	107,7	106,5	107,5	106,2
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	98,0	94,9	134,9	206,6	125,1	111,3	96,7	97,2	95,3	91,3
Taxa real de pré-escolarização	100,0	93,4	95,2	91,4	93,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Modernização Tecnológica										
Rácio aluno/computador	9,0	7,2	2,0	1,8	2,1	3,1	3,2	3,0	3,1	3,3
1.º Ciclo do ensino básico	11,4	8,4	1,0	1,0	1,2	2,8	5,5	4,7	4,8	5,0
2.º Ciclo do ensino básico	8,2	7,7	3,2	3,2	3,4	3,2	2,6	2,6	2,5	2,8
3.º Ciclo do ensino básico	7,8	6,6	4,1	3,4	3,4	3,2	2,7	2,6	2,8	3,1
Ensino secundário	8,3	5,9	4,9	3,5	3,2	3,3	2,9	2,7	2,6	2,8
Rácio aluno/computador com Internet	11,2	8,8	2,2	2,0	2,4	4,0	4,2	4,0	3,7	4,0
1.º Ciclo do ensino básico	18,2	13,8	1,0	1,0	1,2	3,1	6,8	6,3	6,2	6,3
2.º Ciclo do ensino básico	9,9	8,2	4,3	4,5	4,8	4,4	3,3	3,3	3,1	3,5
3.º Ciclo do ensino básico	8,8	7,2	5,3	4,3	4,5	4,1	3,5	3,5	3,4	3,7
Ensino secundário	9,0	6,9	6,5	4,7	5,0	6,0	4,1	3,6	3,0	3,1

RETRATO GERAL - ALUNOS, POR NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS E ANO LETIVO, POR NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS E ANO

	Ano letivo									
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Oeste	57 890	58 858	65 625	66 275	64 088	62 612	59 679	57 387	57 216	56 209
Educação pré-escolar	9 412	9 789	10 073	9 903	9 884	9 734	9 429	9 210	9 065	8 905
1.º Ciclo	16 604	16 453	16 413	16 322	16 085	15 778	15 288	14 614	14 291	13 887
Ensino básico	8 327	8 768	9 114	9 086	9 411	9 107	8 749	8 777	8 456	8 029
2.º Ciclo	12 674	13 253	15 695	15 444	15 093	15 278	13 926	13 220	13 171	13 038
3.º Ciclo	10 873	10 595	14 330	15 520	13 615	12 715	12 287	11 566	12 233	12 350
Ensino secundário										

RETRATO GERAL - INDICADORES

Oeste	Ano letivo									
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Resultados Escolares - Taxas de retenção e desistência										
Ensino básico	9,8	8,2	8,4	8,9	8,0	10,3	11,1	10,5	8,4	7,1
1.º Ciclo do ensino básico	3,8	3,6	3,9	3,7	3,2	4,5	5,3	5,2	4,5	4,8
2.º Ciclo do ensino básico	9,7	8,3	8,3	8,4	8,5	11,9	13,4	12,6	8,7	7,3
3.º Ciclo do ensino básico	18,1	14,6	14,8	16,5	14,1	16,8	16,9	15,5	12,9	9,6
Ensino secundário	25,0	21,7	19,1	19,4	21,2	22,1	19,7	19,1	17,3	16,2
Escolarização										
Taxa bruta de pré-escolarização	83,8	85,7	87,7	87,3	88,9	94,4	94,2	91,3	91,6	90,7
Taxa bruta de escolarização - Ensino básico	116,2	118,9	126,1	122,9	120,6	114,2	109,4	106,7	106,7	106,9
Taxa bruta de escolarização - Ensino secundário	93,8	91,7	126,2	139,7	124,0	111,9	105,5	99,1	101,9	99,5
Taxa real de pré-escolarização	82,9	84,8	86,5	86,2	87,0	92,6	91,4	88,9	88,7	87,7
Modernização Tecnológica										
Rácio aluno/computador	x	x	x	2,0	2,2	3,4	3,6	3,6	3,6	4,1
1.º Ciclo do ensino básico	x	x	x	1,0	1,1	2,8	5,0	4,7	4,7	5,1
2.º Ciclo do ensino básico	x	x	x	4,7	4,6	4,3	3,5	3,5	3,5	4,1
3.º Ciclo do ensino básico	x	x	x	4,4	4,5	3,9	3,2	3,2	3,3	3,9
Ensino secundário	x	x	x	4,0	4,0	3,4	2,9	3,2	3,2	3,5
Rácio aluno/computador com Internet	x	x	x	2,2	2,4	4,0	4,3	4,3	4,3	4,8
1.º Ciclo do ensino básico	x	x	x	1,0	1,1	3,1	6,6	6,2	6,2	6,6
2.º Ciclo do ensino básico	x	x	x	6,2	6,2	5,5	4,1	4,1	4,1	4,9
3.º Ciclo do ensino básico	x	x	x	5,8	5,8	4,7	3,7	3,8	3,9	4,5
Ensino secundário	x	x	x	4,9	4,9	3,9	3,5	3,6	3,5	3,7

A.1.1.0 - ALUNOS MATRICULADOS, POR NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, OFERTA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO E ANO LETIVO

	Público e Privado									
	Ano letivo									
	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Alcobaca	9 555	9 241	10 689	11 806	9 979	9 605	8 817	8 535	8 286	7 886
Educação Pré-escolar	1 690	1 591	1 603	1 507	1 487	1 433	1 403	1 374	1 308	1 267
Ensino Básico	6 063	5 923	6 688	6 705	6 329	6 094	5 585	5 344	5 183	4 848
1.º Ciclo	2 820	2 676	2 581	2 549	2 424	2 367	2 258	2 149	2 046	1 961
Regular	2 820	2 676	2 580	2 544	2 407	2 365	2 258	2 126	2 046	1 961
2.º Ciclo	1 293	1 270	1 440	1 440	1 462	1 344	1 209	1 260	1 197	1 083
Ensino regular	1 293	1 270	1 316	1 288	1 332	1 291	1 208	1 228	1 162	1 083
3.º Ciclo	1 950	1 977	2 667	2 716	2 443	2 383	2 118	1 935	1 940	1 804
Ensino regular	1 826	1 812	1 779	1 792	1 792	1 775	1 861	1 723	1 734	1 626
Ensino secundário	1 802	1 727	2 398	3 594	2 163	2 078	1 829	1 817	1 795	1 771
Ensino regular	1 353	1 171	1 150	1 142	1 165	1 126	1 186	1 165	1 177	1 160
Cursos gerais/científico-humanísticos	1 097	1 126	1 045	1 079	1 109	1 090	1 186	1 165	1 177	1 160
Cursos tecnológicos	256	45	105	63	56	36	-	-	-	-